AFRICAN UNION
الاتحاد الأفريقي

UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: 5517 700 Fax: 5517844
Website: www.ªu.int

CONSELHO EXECUTIVO
Quadragésima Primeira Sessão Ordinária
14 e 15 de Junho de 2022
Lusaka, Zâmbia

EX.CL/Dec.1168-1188(XLI)
Original: Inglês

DECISÕES

DECISÃO SOBRE OS RELATÓRIOS DOS SUBCOMITÉS DO COMITÉ DOS REPRESENTANTES PERMANENTES (CRP)

O Conselho Executivo,

1. **TOMA NOTA** das recomendações do CRP sobre os relatórios dos seus Subcomités, tendo em conta as observações formuladas pelos Estados-Membros;

I. QUANTO AO SUBCOMITÉ DE QUESTÕES DE AUDITORIA - Doc: EX.CL/1343(XLI)

2. **TOMA NOTA** do Relatório do Subcomité do CRP de Questões de Auditoria e, **APROVA** as recomendações nele contidas;

3. **FELICITA** o Gabinete dos Serviços de Controlo Interno (OIO) pelo exaustivo trabalho e bom desempenho na supervisão das questões de auditoria em toda a União e **SOLICITA** ao OIO a continuar a reforçar a governação administrativa e financeira e a cultura de responsabilização no seio da União Africana;

A. TERMOS DE REFERÊNCIA DO SUBCOMITÉ DE QUESTÕES DE AUDITORIA

4. **RECORDA** a Decisão **EX.CL/Dec.752(XXII)** do Conselho Executivo que aprovou os termos de referência sobre o mandato e o trabalho do Subcomité do CRP de Questões de Auditoria e **ENALTECE** o Subcomité por avaliar o seu próprio trabalho utilizando os referidos termos de referência;

5. **INCENTIVA** o Subcomité de Questões de Auditoria a proceder à revisão dos seus Termos de Referência em conformidade com o mandato adicional conferido ao seu trabalho, em conformidade com o Regulamento Financeiro Revisto da União Africana;

6. **INCENTIVA IGUALMENTE** o Presidente do Subcomité a contactar os respectivos Decanos Regionais a substituir quaisquer membros quando os seus assentos se tornem vagos, em conformidade com os requisitos dos Termos de Referência do Subcomité;

7. **ORIENTA** a Comissão a apoiar o Subcomité no cumprimento do seu mandato, de acordo com os seus Termos de Referência, Regulamentos Financeiro da UA e directivas determinadas pelas decisões do Conselho Executivo;

8. **RECORDA** o n.º 70 da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1097(XXXVII), e nesta conformidade **SOLICITA** à Comissão a organizar um retiro para os Membros do Subcomité em Outubro de 2022, com vista a fornecer as necessárias condições em termos de reforço das capacidades para o cumprimento eficaz do seu mandato.

B. SESSÕES DE INFORMAÇÃO SOBRE O REGULAMENTO FINANCEIRO (2022) E O REGULAMENTO DO PESSOAL (2010)

9. **TOMA NOTA** das apresentações e **MANIFESTA** a sua preocupação pelos atrasos na finalização da revisão do Regulamento do Pessoal (SRR);

10. **MANIFESTA AINDA A SUA PREOCUPAÇÃO** quanto aos vários Artigos do Regulamento do Pessoal que apresentam desafios de implementação com

elevados riscos para a União e **APELA** à Comissão a concluir urgentemente o exercício de revisão, conforme previsto na Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1144(XL), das propostas relativas a certos direitos constantes no projecto de Regulamento do Pessoal revisto;

11. **ORIENTA** a Comissão, os Órgãos e Instituições da UA a respeitarem as Normas e Regulamentos da UA;

12. **REITERA** a necessidade de serem tomadas medidas disciplinares e punitivas contra o pessoal e outros funcionários com resultados de auditoria negativos em consequência da violação das normas, ao passo que aqueles que se desvincularam da União com problemas não resolvidos devem ser alvo de medidas disciplinares e punitivas a ponto de envolver os Estados-Membros e outras organizações internacionais congéneres similares para onde possam ter-se transferido, de modo a recuperar os recursos da União Africana, em conformidade o disposto no ponto (iii) do n.º 56, e dos n.ºs 58 e 59 da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1126(XXXIX);

13. **INSTA** a Comissão a elaborar relatórios trimestrais sobre as quotas de pessoal, a serem disponibilizados aos Estados-Membros bem como a dar-lhes a conhecer pontualmente sobre os anúncios de vagas;

14. **INSTA AINDA** os Estados-Membros a efectuarem o pagamento pontual das contribuições estatutárias de modo a garantir um financiamento adequado dos orçamentos anuais da União, conforme exigido pelo Regulamento Financeiro da UA.

C. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO GABINETE DE SERVIÇOS DE CONTROLO INTERNO (OIO) PARA O EXERCÍCIO DE 2021

15. **TOMA NOTA** do Relatório e **FELICITA** o OIO por ter elaborado um relatório anual de desempenho abrangente sobre as suas operações;

16. **ORIENTA** o Gabinete de Serviços de Controlo Interno a incluir todas as informações relevantes sobre as principais constatações de auditoria relativamente às deficiências de controlo interno constatadas todos os anos na utilização dos recursos da União;

17. **ORIENTA IGUALMENTE** o Gabinete de Serviços de Controlo Interno a prestar assistência técnica visando capacitar os departamentos da Comissão a realizarem auto-auditorias com o seu próprio pessoal nos termos da estrutura actual.

D. GOVERNAÇÃO, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLOS INTERNOS

18. **SOLICITA** ao Subcomité do CRP de Acordos de Sede e Acolhimento a resolver as questões pendentes relacionadas com as constatações de auditoria relativas à inexistência/expiração dos acordos de acolhimento e questões de IVA não reclamadas;

19. **INSTA** a Comissão a finalizar e apresentar a política de tesouraria e de investimento por forma a garantir que os recursos da UA são bem geridos;

20. **CONSTATA COM GRANDE PREOCUPAÇÃO** os vários erros e atrasos nas reconciliações bancárias e **ORIENTA** a Comissão, através da Direcção de Finanças, a implementar a política de reconciliação bancária a fim de garantir que a realização de reconciliações adequadas e pontuais, e **ORIENTA AINDA** a Comissão a aplicar as medidas disciplinares adequadas aos funcionários que não realizem as reconciliações bancárias de forma adequada;

21. **CONSTATA IGUALMENTE COM GRANDE PREOCUPAÇÃO** o enorme número de bilhetes de passagem aérea não utilizados e os montantes neles incorridos, e **ORIENTA** a Comissão a elaborar uma política abrangente para tratar dessa questão e a apresentar um relatório ao Conselho Executivo, em Fevereiro de 2023;

22. **MANIFESTA A SUA PREOCUPAÇÃO** pelos pagamentos antecipados aos fornecedores há muito pendentes e à debilidade de pagamentos do processo de aquisição e casos de pagamentos em duplicado e, por conseguinte, **SOLICITA** ao Conselho de Auditores Externos a realizar uma auditoria de investigação exaustiva sobre as políticas de aquisição em toda a União, processos de pagamento bem como todos os pagamentos antecipados pendentes aos fornecedores;

23. **TOMA NOTA** da natureza recorrente das constatações de não recuperação de pagamentos de salários e adiantamentos de viagens ao pessoal, bem como de fundos para adiantamento e empréstimos, e da natureza questionável de todo o processo e da elegibilidade dos funcionários receberem esses benefícios, e **SOLICITA** ao Conselho de Auditores Externos a realizar uma investigação sobre a situação de todos os montantes não recuperados e a solidez dos processos para novas medidas disciplinares, conforme necessário.

E. MATRIZ SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES DO CONSELHO EXECUTIVO EM MATÉRIA DE AUDITORIA

24. **TOMA NOTA** do Relatório e **FELICITA** o Subcomité de Questões de Auditoria por ter acompanhado a implementação das decisões do Conselho Executivo que emanaram do seu trabalho;

25. **MANIFESTA A SUA PROFUNDA PREOCUPAÇÃO** pelo atraso na implementação das decisões de auditoria, bem como pelas respostas tardias da Comissão e os outros Órgãos da UA e **ORIENTA** a Comissão e os outros Órgãos da UA a apresentarem trimestralmente informações actualizadas sobre a implementação das decisões do Conselho Executivo relacionadas com as questões de auditoria e os desafios com que se deparam nesse sentido;

26. **ORIENTA** a Comissão e os demais Órgãos da UA a implementarem pontualmente todas as Decisões do Conselho Executivo e de acordo com os respectivos prazos.

F. RELATÓRIO DO GABINETE DE SERVIÇOS DE CONTROLO INTERNO (OIO) SOBRE O DESEMPENHO ORÇAMENTAL PARA O EXERCÍCIO DE 2021 PARA OS ÓRGÃOS DA UA (TADHP, AUABC, ZCLCA, AUDA-NEPAD, ECOSOCC, PAP, CADHP, MAAP, Africa CDC E CUA)

27. **TOMA NOTA** dos Relatórios e **ORIENTA** todos os Órgãos da UA a implementarem integralmente as recomendações contidas nos seus Relatórios de Auditoria Interna individuais sobre o desempenho orçamental para o exercício de 2021, bem como os comentários dos Estados-Membros;

28. **MANIFESTA A SUA PROFUNDA PREOCUPAÇÃO** face à baixa taxa de implementação de programas na maioria dos Órgãos da UA e **APELA** a todos os gestores a garantirem a melhoria da implementação dos programas;

29. **RECORDA** o ponto (iii) do n.º 18 da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1143(XL) e **ORIENTA** a Comissão e os outros Órgãos da UA a planificarem de forma realista para evitar a baixa taxa de implementação e a redução dos respectivos tectos orçamentais e **REITERA** que deve ser estabelecida e submetida à análise do Subcomité de Supervisão e Coordenação Geral de Questões Orçamentais, Administrativas e Financeiras uma taxa mínima de implementação, de modo a evitar que os departamentos apresentem propostas orçamentais elevadas e a alinharem as propostas orçamentais com base na capacidade disponível e nos recursos humanos;

30. **SOLICITA** à Comissão a harmonizar os relatórios de auditoria interna sobre o desempenho orçamental entre todos os Órgãos da UA e a incluir de forma adequada toda a informação relevante na elaboração de relatórios sobre o desempenho orçamental;

31. **RECORDA** as Decisões do Conselho Executivo EX.CL/Dec.815(XXX); EX.CL/Dec.1031(XXXIV) n.º 11; 1057(XXXV) n.º 39 (alíneas b & h); EX.CL/Dec.1069(XXXV) n.ºs 10, 11, 12; EX.CL/Dec.1071(XXXV) n.º 9; EX.CL/Dec.1073(XXXVI) n.º 40; EX.CL/Dec.1097 (XXXVII) n.º 18, e EX.CL/Dec.1143(XL) n.º 18 e **REITERA** que todos departamentos da Comissão e outros Órgãos que não apresentem os seus relatórios na AMERT, conforme exigido não devem ter as suas propostas orçamentais consideradas para aprovação;

32. **RECORDA** o ponto (iii) do n.º 66 da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1073(XXXVI) e a alínea (b) do n.º 39 da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1057(XXXV) que determinaram que a disponibilização e atribuição do orçamento fossem proporcionais ao desempenho em conformidade com as Regras de Ouro da UA sobre Orçamentação e uma taxa média de execução orçamental dos três anos anteriores, bem como uma taxa de execução das recomendações de auditoria;

33. **INSTA** a Comissão e os outros Órgãos da UA a garantirem que os relatórios de execução orçamental reflictam o impacto dos programas.

34. **INSTA AINDA** a Comissão a definir uma estratégia eficaz para o envolvimento dos Parceiros com baixos níveis de financiamento em comparação com as

promessas feitas, de modo a evitar orçamentos com lacunas de financiamento em conformidade com a Regra de Ouro Número 2;

35. **RECORDA** o ponto (iv) do n.º 18 da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1143(XL) e **INSTA** a Comissão a melhorar o sistema AMERT e **ORIENTA** todos os Órgãos da UA a darem início à utilização do Sistema AMERT para uma planificação, monitorização, avaliação e elaboração de relatórios eficazes sobre o desempenho dos projectos e a evitarem a utilização dos sistemas manuais;

36. **ORIENTA AINDA** a direcção da União a tratar as questões de elaboração de relatórios de forma abrangente para responder às preocupações tanto dos Estados-Membros como dos Parceiros e a apresentar um relatório a esse respeito ao Subcomité de Questões de Auditoria até Novembro de 2022;

37. **MANIFESTA A SUA PROFUNDA PREOCUPAÇÃO** quanto aos desafios em termos de pessoal entre todos os Órgãos e Departamentos da Comissão e o seu impacto nas taxas de implementação e **ORIENTA** a Comissão a elaborar uma estratégia de recrutamento abrangente para resolver este problema;

38. **ACOLHE IGUALMENTE COM AGRADO** as consultas informais trilaterais dos membros do Subcomité, da Comissão e dos Parceiros a tratar das questões relacionadas com a auditoria e **INCENTIVA** a continuação dos contactos informais com os Parceiros.

G. RELATÓRIO INICIAL SOBRE A AUDITORIA FORENSE E DE DESEMPENHO DOS OUTROS ÓRGÃOS DA UA

39. **TOMA NOTA** do Relatório e **FELICITA** o Subcomité de Questões de Auditoria por ter acompanhado a implementação da Decisão do Conselho Executivo sobre a auditoria forense e de resultados dos outros Órgãos da UA;

40. **MANIFESTA A SUA PREOCUPAÇÃO** quanto aos atrasos no processo de aquisição e selecção da Empresa e **FELICITA** a Lochan & Co. por ter ganho a licitação;

41. **MANIFESTA IGUALMENTE A SUA PREOCUPAÇÃO** em relação aos desafios com que se depara a empresa de auditoria e **ORIENTA** todos os Órgãos da UA envolvidos a cooperarem com a empresa de auditoria, em especial na disponibilização de documentos;

H. MATRIZ SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2021

42. **TOMA NOTA** do Relatório e **FELICITA** os vários gestores pelos esforços envidados na implementação das recomendações anteriores de auditoria interna;

43. **INSTA** o OIO a continuar com o acompanhamento periódico da implementação das recomendações de auditoria em conformidade;

44. **ORIENTA** os Departamentos da Comissão e os outros Órgãos da UA que tenham baixas taxas de implementação das recomendações de auditoria a implementá-

las sem mais demoras, e a prestar informações actualizadas ao Subcomité sobre os desafios enfrentados na implementação, a fim de os abordar de forma pontual;

45. **ORIENTA IGUALMENTE** que o relatório sobre o estado de implementação evidencie o significado das decisões do Conselho Executivo sobre questões de auditoria em futuras actualizações;

46. **ORIENTA AINDA** a Comissão a consolidar todos os tipos de recomendação de auditoria (interna/externa/forense) numa única matriz, utilizando como base a Matriz das Decisões de Auditoria.

I. CERTIFICAÇÃO DO OIO DOS RELATÓRIOS SOBRE O FUNDO DE RESERVA E OUTROS FUNDOS (MANUTENÇÃO, CAPITAL DE GIRO, FUNDO PARA A PAZ E FUNDO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS)

47. **TOMA NOTA** dos relatórios e **APELA** à Comissão a implementar sistemas eficazes na gestão prudente do Fundo de Reserva, Fundo de Manutenção da UA, Fundo de Capital de Giro, Fundo para a Paz e Fundo de Custos Administrativos, em conformidade com o Regulamento Financeiro da UA, e ORIENTA ainda o seguinte: -

i devem ser feitas revisões e reconciliações mensais regulares das contas do fundo a fim de garantir o cumprimento dos Regulamentos Financeiros da UA bem como uma gestão eficaz dos fundos;

ii as decisões do Conselho Executivo sobre a criação e manutenção dos fundos especiais devem ser seguidas na gestão dos fundos.

J. RELATÓRIO DE PROGRESSO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DA UA (CUA) AO CONSELHO EXECUTIVO ATRAVÉS DO COMITÉ DOS REPRESENTANTES PERMANENTES (CRP) SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DA PWC FORENSIC E DA AUDITORIA DE DESEMPENHO DA UA

48. **TOMA NOTA** do Relatório e **FELICITA** a liderança da Comissão pelo relatório exaustivo apresentado sobre as novas medidas tomadas na implementação das recomendações da auditoria forense da PWC e as medidas tomadas para melhorar o trabalho do Comité de Responsabilização Interna (IAC);

49. **ORIENTA** o Presidente da Comissão a melhorar a implementação das recomendações de auditoria contidas no relatório e a explorar medidas para reduzir o tempo necessário para a análise de cada caso no relatório, no âmbito das disposições do Regulamento do Pessoal da UA;

50. **RECORDA** as Decisões do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1126(XXXIX) e EX.CL/Dec.1031(XXXIV), e **ORIENTA** a Comissão a garantir que sejam efectuadas recuperações pontuais relativamente a todos os casos que tiveram perdas financeiras identificadas no relatório de auditoria forense da PWC e outros casos anteriores;

51. **ORIENTA IGUALMENTE** à Comissão a reduzir o período de recuperação de 10 anos concedido ao pessoal que devia à União um montante de USD 82.702,00;

52. **RECORDA** a alínea (c) do n.º 76 da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1107(XXXVIII), que solicitou *"a realização de uma auditoria abrangente para cobrir os processos do pessoal que não foram cobertos pela PWC, uma vez que a dimensão da amostra para a auditoria forense cobriu apenas 112 processos, e para rever igualmente o período de 2019 a 2020 não coberto pela PwC em todas as áreas exigidas pela auditoria"*, e **TOMA NOTA** da objectividade que afecta o Gabinete dos Serviços de Controlo Interno a rever os seus próprios processos do pessoal e **SOLICITA** ao Conselho de Auditores Externos a realizar essa investigação em conformidade com a alínea (e) do Artigo 89.º do Regulamento Financeiro da UA;

53. **ORIENTA** a Comissão a aplicar fortes sanções ao pessoal que viole as regras em conformidade com o delito envolvido, a fim de reflectir a má conduta cometida, reforçar os processos de integração e o desenvolvimento de quadros éticos e de responsabilização e programas de formação para o desenvolvimento de uma cultura de integridade e honestidade no seio da CUA e de outros Órgãos da UA;

54. **RECORDA** as Decisões do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1126(XXXIX)(vi), EX.CL/Dec1057 (XXXV) ponto (vii) do n.º 32 e EX.CL/Dec.1143(XL) ponto (iv) do n.º 18 e **ORIENTA** a Comissão a optimizar a utilização do SAP para um controlo orçamental, gestão financeira e elaboração de relatórios eficazes, a fim de garantir uma boa relação custo-benefício;

55. **RECORDA IGUALMENTE** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1126(XXXIX) ponto (v) do n.º 56 e **ORIENTA** a Comissão a reforçar a eficácia dos sistemas de controlo interno, reforçando e dando prioridade ao recrutamento para os principais escritórios e direcções responsáveis por esses controlos, incluindo o Gabinete da Vice-Presidente, o Gabinete do Director-Geral, o OLC, o HRM, o OSS e o OIO;

56. **RECORDA AINDA** as Decisões do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1057 (XXXV) sobre o Plano de Transição e EX.CL/Dec.1143(XL) n.º 22 e **ORIENTA** a Comissão a elaborar uma estratégia sobre como acelerar os recrutamentos na nova estrutura e a submetê-la à análise dos competentes Subcomités do CRP até Outubro de 2022;

57. **RECORDA, POR OUTRO LADO**, as Decisões do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1031(XXXIV) n.º 26 e EX.CL/Dec.1097(XXXVII) e **ORIENTA** a Comissão a acelerar o processo de revisão do SRR e a garantir que sejam adoptadas na cimeira de Fevereiro de 2023; A revisão do RSR deve igualmente abordar as questões relacionadas com a responsabilização e recuperação de fundos desviados por todas as categorias de Pessoal e Funcionários Eleitos;

58. **RECORDA IGIALMENTE** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec 1107(XXXVIII) n.º 79 e **ORIENTA** a Comissão a trabalhar em estreita colaboração com a empresa de auditoria forense encarregada de auditar outros Órgãos da UA para evitar os desafios enfrentados com os resultados do relatório da PWC;

59. **RECORDA AINDA** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1126(XXXIX) ponto (iv) do n.º 56 e **ORIENTA** a Comissão a garantir a plena implementação das

recomendações pendentes e a apresentar um relatório de implementação completo e abrangente até 31 de Dezembro de 2022, que é a data limite.

II. QUANTO AO SUBCOMITÉ DE COOPERAÇÃO MULTILATERAL - Doc. EX.CL/1344(XLI)

A. ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA E QUADRO POLÍTICO DAS PARCERIAS DA UA

60. **REGISTA COM PREOCUPAÇÃO** os atrasos na finalização do Projecto de Estratégia e Quadro Político das Parcerias;

61. **SOLICITA** ao CRP, em estreita colaboração com a Comissão, a finalizar o Projecto de Estratégia e Quadro Político das Parcerias para análise durante a 42.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, em Fevereiro de 2023.

B. PARCERIA UA-UE

62. **MANIFESTA O SEU APREÇO** à União Europeia e ao Governo e ao povo do Reino da Bélgica pela realização com êxito da 6ª Cimeira UA-UE a 17 e 18 de Fevereiro de 2022, em Bruxelas, Reino da Bélgica;

63. **RECOMENDA** à Conferência a aprovar a Declaração da 6.ª Cimeira UA-UE;

64. **SOLICITA** ao CRP, em estreita colaboração com a Comissão e a União Europeia, a fazer o acompanhamento da implementação dos compromissos assumidos durante a 6.ª Cimeira UA-UE e, em especial, a operacionalização do Comité Ministerial de Acompanhamento da Parceria UA-UE, adoptado durante a 2.ª Reunião Ministerial UA-UE, realizada em Kigali, a 25 e 26 de Outubro de 2021, em conformidade com a sua Decisão EX.CL/Dec.1143(XL).

C. PARCERIA ÁFRICA-ÁRABE

65. **TOMA NOTA** da proposta da Liga dos Estados Árabes (LEA) e do Reino da Arábia Saudita (País Anfitrião da 5.ª Cimeira África-Árabe) de realizar a 5.ª Cimeira África-Árabe no primeiro semestre de 2023 ou no último trimestre de 2023;

66. **SOLICITA** ao CRP, em estreita colaboração com a Comissão, o Secretariado-Geral da Liga dos Estados Árabes e o País Anfitrião da 5.ª Cimeira África-Árabe, o Reino da Arábia Saudita, a chegarem a acordo sobre as datas exactas para a realização da 5.ª Cimeira África-Árabe e das suas reuniões estatutárias preparatórias, em Riade, no Reino da Arábia Saudita, tendo em consideração as propostas acima referidas e dependendo da melhoria das condições de saúde pública causadas pela pandemia da COVID-19.

D. CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE TÓQUIO SOBRE O DESENVOLVIMENTO AFRICANO (TICAD)

67. **TOMA NOTA** das consultas efectuadas durante a Reunião Ministerial da TICAD, que se realizou a 26 e 27 de Março de 2022, por meio de um processo totalmente virtual;

68. **SOLICITA** ao CRP, em colaboração com a Comissão, a República Tunisina (país anfitrião da Cimeira da TICAD 8) e o Japão, a acelerar os preparativos para a Oitava Cimeira da TICAD (TICAD8), promover a inclusão em conformidade com as decisões relevantes da UA e a envidar todos os esforços no sentido de garantir o sucesso da Cimeira;

69. **SOLICITA IGUALMENTE** ao CRP, em estreita colaboração com a Comissão e o Corpo Diplomático Africano em Tóquio, a assumir a liderança na consolidação das contribuições dos Estados-Membros da UA relativamente ao Projecto de Declaração da Cimeira da TICAD 8;

70. **REITERA** a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.762 (XXXIII), que *"REAFIRMA o direito de todos os Estados-Membros da UA de participarem nas Reuniões Estatutárias, relacionadas com as parcerias entre a União Africana/continente africano e outro continente ou organização regional"; e "DECIDE que a União Africana/continente africano será representados nas reuniões estatutárias das parcerias entre a União Africana/continente africano e um país parceiro pelos Membros da Mesa da Conferência da União, pelos Presidentes das Comunidades Económicas Regionais (CER), pelo Presidente do Comité de Orientação dos Chefes de Estado e de Governo (HSGOC) da AUDA-NEPAD e pelo Presidente da Comissão da UA"*.

E. PARCERIA ÁFRICA-COREIA

71. **MANIFESTA O SEU APREÇO** ao Governo e ao povo da República da Coreia pela realização com êxito do 5.º Fórum Coreia-África, a 03 de Março de 2022, em Seul, República da Coreia;

72. **APROVA** a Declaração do 5.º Fórum Coreia-África, bem como o Quadro de Cooperação Coreia-África 2022-2026;

73. **SOLICITA** ao CRP, em estreita colaboração com a Comissão e a República da Coreia, a fazer o acompanhamento da implementação dos compromissos assumidos durante o 5.º Fórum Coreia-África através da Reunião Anual de Concertação

III. QUANTO AO SUBCOMITÉ DE SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO GERAL DE QUESTÕES ORÇAMENTAIS, ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS – Doc. EX.CL/1346(XLI)

SESSÃO CONJUNTA DO SUBCOMITÉ DO CRP DE SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO GERAL DE QUESTÕES ORÇAMENTAIS, ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS E DOS PERITOS TÉCNICOS DO F15

A. ORÇAMENTO DA UNIÃO AFRICANA PARA O EXERCÍCIO DE 2023

74. **TOMA NOTA** dos Relatórios do CRP e da Sessão Conjunta do seu Subcomité de Supervisão e Coordenação Geral de Questões Orçamentais, Administrativas e Financeiras, do Subcomité de Programas e Conferências e do Comité de Peritos Técnicos do F15;

75. **APROVA** um orçamento total da UA para o exercício de 2023 num montante de **USD 654.878.93,** repartido da seguinte forma:

a) Orçamento Regular de **USD 402.728.529,00,** repartido da seguinte forma:

i) Orçamento Operacional de **USD 163.697.256,00,** a ser financiado da seguinte forma:

- USD 160.608.255,00 (98%) das contribuições estatutárias dos Estados-Membros;
- USD 3.098.000,00 (2%) do Fundo de Manutenção;

ii) Orçamento de Programas de **USD 239.031.273,00,** a ser financiado da seguinte forma:

- USD 44.391.744,00 (18,6%) das contribuições estatutárias dos Estados-Membros;
- USD 811.000,00 (0,3%) do Fundo de Manutenção;
- USD 10.000.000,00 (4,2%) do Fundo Administrativo; e
- USD 183.828.529,00 (76,9%) provenientes de Parceiros Internacionais, dos quais USD 19.418.162 em Assistência Técnica.

b) As Operações de Apoio à Paz com um orçamento total de **USD 252.150.404,00** são totalmente financiadas pelos Parceiros Internacionais;

c) Em termos gerais, o Orçamento da União para o exercício de 2023 será financiado da seguinte forma:

i) USD 205.000.000,00 (31,3%) das contribuições estatutárias dos Estados-Membros;

ii) USD 3.900.000,00 (0,6%) do Fundo de Manutenção;

iii) USD 10.000.000,00 (1,5%) do Custo Administrativo;

iv) USD 435.978.933,00 (66,6%) provenientes dos Parceiros Internacionais.

Órgãos	Contribuições dos Estados-Membros			Fundo de Manutenção			Fundo Administrativo	Parceiros	Orçamento Total		
	Orçamento de Operações	Programas	Avaliação Total	Orçamento de Operações	Programas	Total	Programas	Programas	Operacional	Programas	Total
CUA	91.376.137	12.126.138	**103.336.214**	1.989.935	811.000	**2.965.746**	10.000.000	115.858.247	93.366.072	138.795.385	**232.161.457**
PAP	9.799.690	621.286	**10.399.351**	14.261		**35.886**		1.489.987	9.813.951	2.111.273	**11.925.224**
TADHP (Tribunal)	7.422.445	2.811.974	**10.235.486**	65.904		**64.838**		1.682.010	7.488.349	4.493.984	**11.982.334**
CADHP (Comissão)	4.352.945	489.430	**4.849.626**	29.000		**21.749**		553.261	4.381.945	1.042.691	**5.424.636**
ECOSSOC	2.002.264	714.030	**2.726.665**	43.770		**33.399**		-	2.046.034	714.030	**2.760.064**
AUDA-NEPAD	10.313.208	8.092.912	**18.515.060**	291.879		**182.940**		10.347.268	10.605.088	18.440.180	**29.045.268**
CUADI	247.900	58.304	**306.205**			**-**		-	247.900	58.304	**306.205**
Conselho Consultivo sobre a Corrupção	1.556.643	460.406	**2.024.621**	31.347		**23.775**		-	1.587.990	460.406	**2.048.396**
Conselho de Paz e Segurança	-	1.963.896	**1.963.896**			**-**		-	-	1.963.896	**1.963.896**
ACERWC	1.397.293	261.414	**1.660.622**	15.200		**13.284**		1.055.416	1.412.493	1.316.830	**2.729.323**
MAAP	5.440.607	1.582.501	**6.984.262**	36.557		**75.403**		3.638.135	5.477.164	5.220.636	**10.697.800**
GABINETES ESPECIALIZADOS											
AFREC	1.470.558	351.223	**1.822.109**	6.500		**6.172**		65.000	1.477.058	416.223	**1.893.281**
IPED	740.897	65.411	**807.709**	11.100		**9.699**		-	751.997	65.411	**817.408**
CIEFFA	621.690	-	**628.469**	27.000		**20.221**		1.000.222	648.690	1.000.222	**1.648.912**
UPA	2.671.438	9.754.616	**12.434.944**	100.000		**91.110**		3.863.836	2.771.438	13.618.452	**16.389.890**
IAR	722.740	-	**728.618**	9.000		**3.121**		254.364	731.740	254.364	**986.104**
Africa CDC	4.188.609	3.640.330	**7.830.079**	15.600		**14.460**		17.489.495	4.204.209	21.129.825	**25.334.034**
AOSTI	380.426	100.000	**480.302**	17.104		**17.227**		-	397.530	100.000	**497.530**
AFRIPOL	1.058.113	39.680	**1.115.133**	55.900		**38.560**		533.083	1.114.013	572.763	**1.686.776**
CONSELHO DE DESPORTOS	750.065	-	**753.537**	19.280		**15.808**		290.595	769.345	290.595	**1.059.940**
ASRIC	160.000	129.086	**289.086**	-		**-**		-	160.000	129.086	**289.086**
ZCLCA	6.298.068	477.080	**6.834.601**	211.262		**151.808**		21.459.262	6.509.330	21.936.342	**28.445.672**
PANASTAT	428.894	101.363	**532.937**	6.500		**3.821**		-	435.394	101.363	**536.757**
STATAFRIC	1.415.586	-	**1.382.733**	16.400		**49.253**		2.499.294	1.431.986	2.499.294	**3.931.280**

Observatório - Mali	967.581	-	**969.118**	13.000		**11.462**		42.152	980.581	42.152	**1.022.733**
Observatório - Marrocos	947.278	346.591	**1.296.582**	13.000		**10.287**		-	960.278	346.591	**1.306.869**
Observatório - Cartum	969.715	-	**971.253**	13.000		**11.462**		237.050	982.715	237.050	**1.219.765**
RDPC:	814.631	32.400	**848.507**	10.000		**8.523**		436.916	824.631	469.316	**1.293.947**
ACBF	-	171.674	**171.674**	-		**-**		1.032.936	-	1.204.610	**1.204.610**
ACSRT	2.092.835		**2.100.599**	26.500		**19.985**		-	2.119.335	-	**2.119.335**
TOTAL antes das OAP	**160.608.255**	**44.391.744**	**205.000.000**	**3.089.000**	**811.000**	**3.900.000**	**10.000.000**	**183.828.529**	**163.697.256**	**239.031.273**	**402.728.529**
OPERAÇÕES DE PAZ											
AMISOM			**-**			-		223.872.824	-	223.872.824	**223.872.824**
MNJTF			**-**			-		11.939.984	-	11.939.984	**11.939.984**
MILOB e HRO			**-**			-		5.481.788	-	5.481.788	**5.481.788**
ERM			**-**			-		9.000.000	-	9.000.000	**9.000.000**
Base Logística Continental da UA			**-**			-		355.808	-	355.808	**355.808**
Centro de Formação Médica para as OAP			**-**			-		1.500.000	-	1.500.000	**1.500.000**
Total de Apoio à Paz	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**252.150.404**	**-**	**252.150.404**	**252.150.404**
TOTAL	**160.608.255**	**44.391.744**	**205.000.000**	**3.089.000**	**811.000**	**3.900.000**	**10.000.000**	**435.978.933**	**163.697.256**	**491.181.677**	**654.878.933**

76. **TOMA NOTA** da discriminação orçamental para 2023 por categoria de despesas e por Órgãos/Escritórios Especializados, da seguinte forma:

ORÇAMENTO PARA 2023 POR CATEGORIA DE DESPESAS E ÓRGÃO						
Órgão	**Custo com o Pessoal**	**Operacional**	**Capital**	**Total Operacional**	**Programas**	**Total do Orçamento para 2023**
CUA	74.786.336	18.529.736	50.000	**93.366.072**	138.795.385	**232.161.457**
PAP	7.673.767	2.140.184		**9.813.951**	2.111.273	**11.925.224**
TADHP (Tribunal)	6.714.749	773.600		**7.488.349**	4.493.984	**11.982.334**
CADHP (Comissão)	3.491.445	890.500		**4.381.945**	1.042.691	**5.424.636**
ECOSSOC	1.831.479	214.555		**2.046.034**	714.030	**2.760.064**
AUDA-NEPAD	9.626.994	978.094		**10.605.088**	18.440.180	**29.045.268**
CUADI	-	247.900		**247.900**	58.304	**306.205**
Conselho Consultivo sobre a Corrupção	955.100	632.890		**1.587.990**	460.406	**2.048.396**
Conselho de Paz e Segurança	-	-		**-**	1.963.896	**1.963.896**
ACERWC	1.138.013	274.480		**1.412.493**	1.316.830	**2.729.323**
MAAP	4.606.643	870.521		**5.477.164**	5.220.636	**10.697.800**
AFREC	1.362.689	114.369		**1.477.058**	416.223	**1.893.281**
IPED	617.841	134.156		**751.997**	65.411	**817.408**
CIEFFA	491.580	157.110		**648.690**	1.000.222	**1.648.912**
UPA	2.121.738	649.700		**2.771.438**	13.618.452	**16.389.890**
IAR	697.210	34.530		**731.740**	254.364	**986.104**
Africa CDC	3.626.488	577.721		**4.204.209**	21.129.825	**25.334.034**
AOSTI	294.221	103.309		**397.530**	100.000	**497.530**
AFRIPOL	908.653	205.360		**1.114.013**	572.763	**1.686.776**
Conselho dos Desportos	657.002	112.342		**769.345**	290.595	**1.059.940**
ASRIC	-	160.000		**160.000**	129.086	**289.086**
ZCLCA	5.897.002	612.328		**6.509.330**	21.936.342	**28.445.672**
PANSTAT	396.894	38.500		**435.394**	101.363	**536.757**
STATAFRIC	1.243.767	188.219		**1.431.986**	2.499.294	**3.931.280**
Observatório - Mali	902.254	78.327		**980.581**	42.152	**1.022.733**
Observatório - Marrocos	883.351	76.927		**960.278**	346.591	**1.306.869**
Observatório - Cartum	902.283	80.432		**982.715**	237.050	**1.219.765**
RDPC:	754.611	70.020		**824.631**	469.316	**1.293.947**
ACBF				**-**	1.204.610	**1.204.610**
ACSRT	2.024.244	95.090		**2.119.335**	-	**2.119.335**
AMISOM				**-**	223.872.824	**223.872.824**
MNJTF				**-**	11.939.984	**11.939.984**
MILOB e HRO				**-**	5.481.788	**5.481.788**
ERM				**-**	9.000.000	**9.000.000**
Base Logística Continental da UA				**-**	355.808	**355.808**

Centro de Formação Médica para as OAP				-	1.500.000	**1.500.000**
	134.606.355	**29.040.900**	**50.000**	**163.697.256**	**491.181.677**	**654.878.933**

77. **TOMA NOTA IGUALMENTE** da divisão do orçamento da seguinte forma:

Classificação Orçamental	Montante
A. Orçamento de Programas	
Orçamento Principal	182.939.264
Projectos Especiais	4.581.035
Fundos em Trânsito	32.092.812
Assistência Técnica	19.418.162
B. Orçamento Operacional	163.697.256
C. Operações de Apoio à Paz	252.150.404
ORÇAMENTO TOTAL	**654.878.933**

78. **DECIDE** que, à luz dos efeitos da COVID-19, da crise entre a Rússia e a Ucrânia e da insegurança alimentar no continente, o orçamento para 2023 continue a ser um orçamento de austeridade e as suas dotações sejam priorizadas e racionalizadas;

79. **RECORDA** as Decisões do Conselho Executivo EX.CL/Dec.813(XXV) e EX.CL/Dec.899(XXVIII)Rev.2, e **REITERA** a necessidade de limitar a dependência do financiamento dos Parceiros, de acordo com todas as decisões relevantes dos Órgãos Deliberativos; em conformidade com a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.578(XXV);

80. **APELA** ao Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças (Africa CDC) a aplicar as Normas e Regulamentos da UA em todas as suas operações, incluindo nas questões de recrutamento de pessoal;

81. **DECIDE** suspender a implementação do fundo de 0,5% para o Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças a partir do orçamento operacional anual até ao momento que forem adoptados o Estatuto e a Estrutura do Africa CDC;

82. **ORIENTA** a Comissão a criar um grupo de trabalho constituído pelos Estados-Membros, F15, AUDA-NEPAD e a Direcção de Finanças da Comissão, Gabinete de Planificação Estratégica e Execução (OSPD), Gabinete da Vice-Presidente e Gabinete do Conselheiro Jurídico, em estreita colaboração com o Gabinete do Director-Geral, para resolver as sobreposições e duplicações entre Órgãos, Agências e Departamentos da União da UA;

83. **APELA** à Comissão, através do Gabinete do Director-Geral, no sentido de realizar um retiro que envolva os Órgãos da UA e os Departamentos da Comissão antes de organizar o retiro do orçamento da Sessão Conjunta dos Subcomités de GSCBFAM, Programas e Conferências e peritos técnicos do F15, para discutir as questões da duplicação de programas e actividades entre os seus Departamentos e outros Órgãos da UA;

84. **ORIENTA AINDA** a Comissão, através do Gabinete de Planificação Estratégica, em estreita colaboração com o Gabinete do Director-Geral, a dar orientações aos Departamentos da Comissão e outros Órgãos da UA sobre as áreas estratégicas a serem orçamentadas, bem como a planificação, monitorização e avaliação do sistema AMERT;

85. **SOLICITA** à Comissão a acelerar a implementação das recomendações do relatório de auditoria forense sobre a recuperação dos bilhetes de passagem aérea não utilizados, bem como do subsídio de renda de casa em duplicado, de acordo com as decisões do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1107(XXXVIII), de Fevereiro de 2021, e EX.CL/Dec.1073(XXXVI), de Fevereiro de 2020;

86. **LEMBRA** à Comissão e aos outros Órgãos da UA a cumprirem os prazos estabelecidos nas Decisões do Conselho Executivo para a apresentação de relatórios de acordo com a matriz das decisões de auditoria elaborada pelo Subcomité de Questões de Auditoria, e **ORIENTA** a imposição de sanções em caso de não cumprimento;

87. **RECORDA** a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.687(XXX) de Janeiro de 2018 e o Artigo 94.º do Regulamento Financeiro da UA, e **ORIENTA** a Comissão a garantir que o Comité de peritos técnicos do F15 seja plenamente integrado no processo orçamental estatutário da União, incluindo no exercício de elaboração do orçamento para poder comparar as despesas e os resultados alcançados, garantindo uma ligação entre as receitas e as previsões e a acessibilidade de preços, bem como que os orçamentos propostos não representem qualquer risco insustentável a longo prazo;

88. **APELA** à Comissão a suspender a celebração de quaisquer novas parcerias até que o documento da Estratégia e Política das Parcerias da UA seja finalizado e adoptado pelos Órgãos Deliberativos da UA;

89. **RECORDA** a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.578(XXV) de Joanesburgo de 2015 sobre a Escala de Avaliação e Fontes Alternativas de Financiamento da União, e **REITERA** a necessidade da plena apropriação da ZCLCA e de ter pelo menos 50% do seu orçamento de programas para 2024 a ser financiado pelos Estados-Membros, pelas instituições financeiras africanas e pelo sector privado africano;

90. **APELA IGUALMENTE** à Comissão para que inclua anualmente o orçamento para o retiro presencial da sessão conjunta dos Subcomités de GSCBFAM, Programas e Conferências e peritos técnicos do F15 para analisar o orçamento da União e **APELA AINDA** aos Estados-Membros no sentido de manifestarem interesse em acolher o referido retiro;

91. **ORIENTA** o CRP, através do seu Subcomité de Supervisão e Coordenação Geral de Questões Orçamentais, Administrativas e Financeiras, para tratar dos pagamentos das taxas preferenciais até Setembro de 2022 para todos os Escritórios da União, em especial os Escritórios de Representação da União em Genebra e Bruxelas, e apresentar um relatório ao Conselho Executivo em Fevereiro de 2023;

92. **APROVA** a determinação do nível adequado de fundos do Mecanismo de Resposta em Situações de Crise (CRF) de USD 5.000.000,00 a partir dos juros gerados a partir do investimento do Fundo para a Paz e **ORIENTA AINDA** o CRP, através do seu Subcomité de GSCBFAM, a trabalhar em conjunto com os peritos técnicos do F15, no sentido de finalizarem um mecanismo de reposição do CRF e a apresentar um relatório ao Conselho Executivo em Fevereiro de 2023, incluindo a utilização dos juros gerados a partir dos investimentos do Fundo para a Paz;

93. **RECORDA** as Decisões do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1097(XXXVII) e EX.CL/Dec.1126(XXXIX) que estabelecem limites às contribuições estatutárias dos

Estados-Membros, e **DECIDE** manter os **USD 250.000.000,00** como limite máximo das contribuições estatutárias dos Estados-Membros para 2024;

94. **SOLICITA** à Comissão, em colaboração com o Comité Ministerial sobre a Escala de Avaliação e Contribuições e os peritos técnicos do F15, a finalizar a Escala de Avaliação para 2024-2026.

B. RELATÓRIO SOBRE O DESEMPENHO ORÇAMENTAL PARA O EXERCÍCIO DE 2021

95. **MANIFESTA A SUA PREOCUPAÇÃO** face à contínua baixa execução orçamental e taxas de desempenho por parte dos Departamentos da Comissão da UA e de outros Órgãos da UA, e **APELA** à Comissão a criar um instrumento de monitorização e avaliação do desempenho no Gabinete do Director-Geral da Comissão para fazer o balanço do desempenho dos Departamentos e outros Órgãos da UA, bem como do pessoal;

96. **TOMA NOTA** da relação entre a escassez de pessoal e as baixas taxas de execução do orçamento e **ORIENTA** à Comissão, através da Direcção de Gestão de Recursos Humanos (HRM) a elaborar um plano de acção de emergência para acelerar o recrutamento de pessoal essencial e a disponibilizar, em 2022, ao Gabinete do Director-Geral e à HRM, o pessoal essencial necessário para um funcionamento eficaz e para poder desempenhar os seus mandatos;

97. **REITERA** o apelo à Comissão a aplicar o regime de sanções contra a administração, seus departamentos, outros Órgãos da UA e funcionários por qualquer violação do Regulamento Financeiro da UA;

98. **DECIDE** que não sejam utilizados mais de dois terços do Fundo de Manutenção, e **ORIENTA** a Comissão a preservar pelo menos um terço do montante no Fundo de Manutenção para fins de contingência, para fazer face a quaisquer emergências que possam surgir relativamente à manutenção de activos e despesas de capital, em conformidade com o Artigo 80.º do Regulamento Financeiro da UA;

99. **SOLICITA** a todos os departamentos/direcções da Comissão e outros Órgãos da UA a apresentarem, por escrito, ao Subcomité de GSCBAM, com uma periodicidade trimestral, o estado de implementação das recomendações emanadas das auscultações sobre o orçamento a partir de Setembro de 2022.

C. DÍVIDAS A PAGAR AOS ESTADOS-MEMBROS

100. **RECORDA** as Decisões do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1031(XXXIV), de Fevereiro de 2019, e EX.CL/Dec.1057(XXXV), de Julho de 2019, relativas ao pagamento de dívidas a alguns Estados-Membros, e **ORIENTA** a Comissão a efectuar o pagamento de todas as dívidas auditadas pendentes devidas aos Estados-Membros utilizando os custos administrativos, bem como qualquer saldo de pagamento das poupanças dos orçamentos para os exercícios de 2021 e 2022;

101. **RECORDA** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1143(XL) sobre as obrigações devidas à República do Uganda e **ORIENTA** a Comissão a efectuar o pagamento total dos USD 12.194.333,40 já identificados à República do Uganda utilizando os Custos

Administrativos até Agosto de 2022 e a apresentar um relatório ao Subcomité de Questões de Auditoria.

D. FUNCIONÁRIOS DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS POLÍTICOS, PAZ E SEGURANÇA PAGOS AO ABRIGO DOS ACORDOS DE INSTALAÇÕES COMUNS

102. RECORDA a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1126(XXXIX) na qual a Comissão foi exortada a instituir uma auditoria aos funcionários do Departamento de Assuntos Políticos, Paz e Segurança (PAPS) que anteriormente eram pagos a partir dos fundos dos Acordos de Instalações Comuns (JFA);

103. APROVA a continuação do pagamento de salários aos funcionários dos Acordos de Instalações Comuns no PAPS até à conclusão do processo de Auditoria de Aptidões e Avaliações de Competências (SACA);

104. SOLICITA à Comissão a manter os funcionários do PAPS em postos críticos no âmbito dos Acordos de Instalações Comuns, incluindo nos Escritórios de Ligação, e esta medida deve ser tomada respeitando o sistema de quotas, e enquanto se aguarda pelo levantamento da moratória sobre o recrutamento para justificar novo recrutamento;

105. SOLICITA AINDA à Comissão a desenvolver uma estratégia de saída para os funcionários dos Escritórios de Ligação que esgotaram o seu limite para o processo de renovação de contratos, mantendo, no entanto, os postos críticos. Esta medida deverá estar sujeita à quota disponível para cada Estado-Membro. A estratégia deve ser apresentada à Sessão Conjunta do GSCBFAM e os peritos técnicos do F15, o mais tardar até Setembro de 2022.

E. ACTIVIDADES DOS PERITOS DE RECRUTAMENTO DO R10

106. DECIDE prorrogar o mandato dos peritos de recrutamento do R10 até ao final de Setembro de 2022;

107. ORIENTA a Comissão a utilizar **USD 121.265,00**, que é o saldo orçamental não utilizado do orçamento das actividades dos Peritos de Recrutamento do R10, para a prorrogação do mandato, sem a possibilidade de solicitar fundos adicionais.

108. SOLICITA aos Peritos de Recrutamento do R10 a elaborar e apresentar o roteiro revisto e um gráfico de Gantt sobre a implementação das restantes actividades, dando prioridade à SACA.

IV. QUANTO AO SUBCOMITÉ DE REFORMAS ESTRUTURAIS – Doc. EX.CL/1347(XLI)

109. RECORDA as seguintes decisões que criaram os Gabinetes Técnicos e Especializados:

a) A Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1108(XXXVIII) que determina ao CRP a reanalisar os resultados da 5.ª Sessão Ordinária do CTE de Igualdade do Género e Empoderamento das Mulheres especificamente sobre: Implementação das decisões do Conselho de Paz e Segurança da União Africana nas suas 803.ª, 887.ª e 951.ª reuniões para a institucionalização do Gabinete da Enviada Especial sobre Mulheres, Paz e Segurança;

b) A Decisão do Conselho Executivo EX.CL/388(XII) e a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.173(X) que apela à União a acelerar o recrutamento de pessoal qualificado e a reforçar a capacidade institucional do Instituto Pan-Africano de Educação para o Desenvolvimento (IPED);

c) A Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.626(XVIII) que aprova a escolha da Douala, Camarões, para o estabelecimento da base logística continental da Força Africana em Estado de Alerta e solicita à Comissão a tomar as medidas necessárias para a implementação da presente decisão;

110. RECOMENDA à Conferência as seguintes estruturas propostas para adopção:

a) Gabinete da Enviada Especial sobre Mulheres, Paz e Segurança no Gabinete do Presidente da CUA, em Adis Abeba, Etiópia

Cargo	**Escalão**	**N.º de Funcionários**
Enviada Especial para as Mulheres, Paz e Segurança	D1	1
Assessor Sénior de Políticas	P6	1
Coordenador do Gabinete	P5	1
Oficial Sénior de Investigação, Monitorização e Elaboração de Relatórios	P 3	1
Oficial de Advocacia e Comunicações	P 2	1
Assistente Administrativo e de Operações	GSA3	1
Total		**6**

A estimativa anual do custo com o pessoal do Gabinete da Enviada Especial é de USD 590.000,00. O recrutamento para esses postos deve ser faseado e sujeito à disponibilidade orçamental.

b) IPED em Kinshasa, República Democrática do Congo

Cargo	Escalão	N.º de Funcionários
Gabinete do Secretário Executivo		
Secretário Executivo	P6	1
Oficial de Protocolo	P2	1
Assistente Administrativo Bilingue	GSA5	1
Secretário(a) Bilingue	GSA4	1
Oficial de Comunicações	P2	1
Unidade do Sistema de Gestão e Informações sobre Educação		
Oficial Principal de Sistemas de Informações (Chefe de Unidade)	P4	1
Oficial Sénior de Políticas - TI (Tecnologia de Informações/Gestão de Conhecimentos)	P3	1
Gestor da Base de Dados da EMIS	P2	2
Oficial de TI (Web Master)	P1	1
Oficial Júnior Profissional	P1	1
Unidade de Política, Acção de Investigação, Monitorização e Avaliação		
Director de Planificação e Reforço das Capacidades Educativas (Chefe da Unidade)	P4	1
Oficial Sénior de Programas	P3	2
Oficiais Seniores de Estatística encarregados das regiões (5 postos)	P3	5
Oficial de Programa	P2	2
Oficial Profissional Júnior	P1	1
Unidade de Administração, Finanças e Apoio		
Oficial Sénior de Administração e Finanças	P3	1
Financeiro	P2	1
Oficial de RH	P2	1
Motorista	GSB7	2
Assistente Sénior de Arquivos	GSA3	1
Segurança (Subcontratação)		
Limpeza (Subcontratação)		
Total		**28**

A estimativa anual do custo com o pessoal do IPED é de USD 2.123.349,16. O recrutamento para esses postos deve ser faseado e sujeito à disponibilidade orçamental.

c) Base Logística Continental da UA em Douala, Camarões

Cargo	Escalão	N.º de Funcionários
Chefe do Gabinete de CLB	P6	1
Oficiais de Programas	P2	1
Assistente Administrativo/Secretário(a) Bilingue - Escritório da HCLB	GSA5	1
Oficial Administrativo/Financeiro Principal	P4	1
Oficial Sénior de Administração	P3	1
Oficial Sénior de Comunicações/TI	P3	1
Assistente de Comunicações/TI	GSA5	2
Mecânicos Motoristas	GSA4	2
Oficial de Aquisições	P2	1
Assistente de Aquisições	GSA5	1
Oficial Sénior de Finanças	P3	1
Oficial de Gestão Financeira/Contabilidade	P2	1
Oficial de Controlo do Património/Propriedade	P2	1
Assistente de Contabilidade	GSA5	1
Oficial de Transportes	P2	1
Oficial Sénior de Segurança	P3	1
Oficial de Segurança	P2	1
Oficial Principal de Logística e Cadeia de Abastecimento	P4	1
Oficial Sénior de Gestão de Instalações	P3	1
Engenheiro	P2	1
Operador de Equipamentos de Manuseamento de Materiais	GSA5	1
Assistente de Engenharia	GSA5	1
Mecânica/Oficial de Manutenção	P2	1
Oficial de Circulação/Expedição	P2	1
Oficial Sénior de Logística e Armazéns	P3	1
Oficial de Cadeia Fria	P2	1
Responsável pela Introdução de Dados de Inventário de Património	GSA5	1
Responsável de Recepção e Inspecção	P2	1
Oficial Sénior de Aprovisionamento	P3	1
Assistente de Aprovisionamento	GSA5	1
Técnico Electrotécnico	GSA5	1
Assistente de Circulação/Expedição	GSA5	1
Total		**34**

A estimativa anual do custo com o pessoal da Base Logística Continental da UA é de USD 4.717.606,45. O recrutamento para esses postos deve ser faseado e sujeito à disponibilidade orçamental.

111. **DECIDE** que o processo de recrutamento seja levado a cabo em conformidade com o Sistema de Recrutamento com Base no Mérito (MBRS) e o sistema de quotas a nível de toda a UA;

112. **DECIDE IGUALMENTE** fazer um balanço dos progressos na implementação das estruturas acima mencionadas depois de cada fase de implementação.

V. QUANTO À SESSÃO CONJUNTA DO SUBCOMITÉ DE REFORMA ESTRUTURAL E DO SUBCOMITÉ DE SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO GERAL DE QUESTÕES ORÇAMENTAIS, ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE TRANSIÇÃO - Doc. EX.CL/1356(XLI)

113. **RECORDA** o n.º 6 da Decisão do Conselho Executivo **EX.CL/Dec.1073(XXXVI)**, de Fevereiro de 2020, sobre a elegibilidade do pessoal para a auditoria de competências e aptidões, e solicitou que a referida auditoria fosse realizada durante o mesmo período para todo o pessoal regular e não regular da Comissão, com excepção dos funcionários eleitos, de indicação política e de nomeação especial;

114. **RECORDA IGUALMENTE** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1097(XXXVII), de Outubro de 2020, que aprovou a "Fase um (1) do Plano de Transição e a estratégia de financiamento, incluindo o Cenário um (1) dos cenários de desvinculação";

115. **APROVA** a redução do Limite da Diferença, de nove (9) para seis (6) meses durante o período de implementação do plano de transição para apoiar o esforço intensivo de recrutamento, não obstante as restrições de escalões das quotas;

116. **ORIENTA** a Comissão a garantir que seja dada prioridade aos candidatos dos Estados-Membros menos representados, sem prejuízo do princípio do recrutamento com base no mérito, da transparência e da equidade;

117. **DECIDE** que todo o pessoal não regular bem-sucedido, de acordo com o processo da SACA, será integrado na nova estrutura, até ao final de Dezembro de 2022, sujeito à disponibilidade de quotas dos seus países e à disponibilidade de postos adequados;

118. **DECIDE IGUALMENTE** que todo o pessoal que não possa ser inserido ou reafectado devido a eliminação de postos, restrições de quotas ou de resultados negativos depois da SACA será desvinculado até Dezembro de 2022, em conformidade com o Regulamento do Pessoal da UA;

119. **DECIDE AINDA** reconhecer o tempo de serviço dos funcionários e melhorar o desenvolvimento da carreira, bem como a mobilidade ascendente, permitindo que o pessoal seja avaliado, dentro dos princípios previstos no n.º 4, da seguinte forma:

    (i) avaliar o pessoal em função dos postos de categoria equivalente à sua categoria profissional, sujeito à disponibilidade de postos semelhantes; será limitado à categoria P4, uma vez que quaisquer categorias superiores devem ser acedidas através do processo de recrutamento;

(ii) com base em provas documentadas, os funcionários que desempenhem funções numa categoria superior à sua categoria real podem ser avaliados na categoria correspondente;

(iii) a colocação do pessoal em causa na sequência do resultado bem-sucedido do processo da SACA não implicará custos adicionais.

120. PERMITE à Comissão mobilizar os fundos necessários (estimados em USD 3.600.00,00) dos parceiros para cobrir o pagamento como reconhecimento das suas contribuições para a organização, da seguinte forma:

(i) mais 50% das indemnizações por cessação de funções para os titulares de contratos por tempo determinado que não possam ser colocados depois de terem sido aprovados na SACA;

(ii) pagamento especial para o pessoal de SSA e titulares de contratos a curto prazo que não possam ser colocados depois de terem sido aprovados na SACA;

(iii) pagamento especial para o pessoal da categoria GSB que não tiveram a capacidade de participar no processo SACA.

(iv) o pagamento especial será equivalente a um mês de salário bruto do funcionário por cada ano completo de serviço qualificado, até um máximo de doze (12) anos.

121. APROVA o orçamento de USD 13.400.000,00 a ser retirado do fundo de reserva, para cobrir o custo da desvinculação dos funcionários potencialmente afectados;

122. INSTA a Comissão a dar prioridade ao recrutamento da Equipa de Recrutamento da Comissão, do Gabinete do Director-Geral, do Gabinete do Conselheiro Jurídico e outros departamentos essenciais e para agilizar o processo, nesse sentido.

VI. QUANTO À REUNIÃO CONJUNTA DO SUBCOMITÉ DO CRP DE QUESTÕES DE AUDITORIA E DO SUBCOMITÉ DO CRP DE SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO GERAL DE QUESTÕES ADMINISTRATIVAS, ORÇAMENTAIS E FINANCEIRAS (GSCABFM) ACERCA DAS DECLARAÇÕES FINANCEIRAS AUDITORIZADOS PARA 2021 - Doc. EX.CL/1357(XLI)

O Conselho Executivo,

123. TOMA NOTA do relatório da Sessão Conjunta da Subcomité do CRP de Questões de Auditoria e do Subcomité de Supervisão e Coordenação Geral de Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras e dos Peritos do Comité dos Quinze Ministros das Finanças (F15);

124. ORIENTA o CRP, através dos seus competentes Subcomités, a analisar de forma mais aprofundada as Demonstrações Financeiras auditadas de 2021 realizadas pelo Conselho de Auditores Externos durante o segundo semestre do ano 2022, e a apresentar as suas conclusões na próxima sessão do Conselho Executivo;

125. SOLICITA à Comissão da UA que, provisoriamente, publique as demonstrações financeiras auditadas e assinadas dos Órgãos da UA para 2021, incluindo

declarações consolidadas no website da UA, em conformidade com os requisitos das IPSAS;

126. **ORIENTA** o Presidente da Comissão a tomar as medidas necessárias para garantir que as observações e recomendações feitas pelo Conselho de Auditores Externos sejam implementadas, e a apresentar um relatório na próxima sessão do Conselho Executivo através do CRP e dos seus competentes Subcomités, quanto aos progressos realizados para o efeito.

VII. QUANTO À DECISÃO ACERCA DO RELATÓRIO DO SUBCOMITÉ DO CRP DOS DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E GOVERNAÇÃO SOBRE O PROJECTO DE PLANO DE ACÇÃO ESTRATÉGICO PARA A PROMOÇÃO E PROTECÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS EM ÁFRICA (2022-2031)

127. **RECORDA** a Declaração da Conferência Assembly/AU/Decl.1(XXVII)Rev.1 sobre o tema do ano 2016, que declara os dez anos seguintes como "a Década dos Direitos Humanos e dos Povos em África" e o seu Plano de Acção;

128. **FELICITA** o Subcomité do CRP dos Direitos Humanos, Democracia e Governação e a Comissão da UA pelos progressos registados para a finalização do Plano de Acção Estratégico da UA para a Promoção e Protecção dos Direitos Humanos e dos Povos em África;

129. **TOMA NOTA** do Projecto de Plano de Acção Estratégico e **SOLICITA** à Comissão de o finalizar e apresentá-lo à 42.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, em Fevereiro de 2023, para análise e adopção;

130. **SOLICITA IGUALMENTE** à Comissão e ao Subcomité a finalizar e apresentar à 42.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, em Janeiro/Fevereiro de 2023, as directrizes da UA sobre eleições em período da COVID-19 e outras emergências de saúde pública e a Estratégia Curricular Escolar da Carta Africana de Democracia, Eleições e Governação (ACDEG) em conformidade com a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1143(XL) (parágrafo 75), para análise e adopção.

DECISÃO ACERCA DOS RELATÓRIOS DOS COMITÉS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS (CTE)

O Conselho Executivo,

1. **TOMA NOTA** dos Relatórios dos Comités Técnicos Especializados (CTE);
2. **RECORDA** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1032(XXXIV), adoptada na 34.ª Sessão Ordinária, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Fevereiro de 2019, sobre a moratória quanto à criação de novos Órgãos e Escritórios;
3. **SALIENTA** que a presente decisão não deve ter quaisquer implicações financeiras, jurídicas e estruturais para a União e **EXORTA AINDA** os CTE e todos os conselhos e reuniões técnicas ministeriais a absterem-se de adoptar quaisquer estruturas ou orçamentos que não tenham sido analisados pelos Órgãos Deliberativos da UA, em conformidade com os devidos procedimentos;
4. **SOLICITA** que todos os CTE adoptem os seus Relatórios no final das suas reuniões.

I. QUANTO À 6.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DE IGUALDADE DO GÉNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES, 01 DE MARÇO DE 2022 Doc. EX.CL/1349(XLI)

O Conselho Executivo,

5. **TOMA NOTA** do relatório da 6.ª Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado de Igualdade do Género e Empoderamento das Mulheres, realizada a 01 de Março de 2022;
6. **SOLICITA** à Comissão a garantir que a criação do Fundo Fiduciário para as Mulheres Africanas siga os devidos procedimentos da União.

II. QUANTO À 4.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, TRABALHO E EMPREGO (STC-SDLE4), 07 E 08 DE ABRIL DE 2022 - Doc. EX.CL/1350(XLI)

O Conselho Executivo,

7. **TOMA NOTA** do relatório da 4.ª Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado da União Africana de Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego (CTE-SDLE4), realizada em formato virtual, de 04 a 08 de Abril de 2022, e das recomendações nele contidas;
8. **CONSTATA** que os seguintes não têm quaisquer implicações financeiras, jurídicas e estruturais:

   i) Projecto de Quadro de Política e Plano de Acção sobre o Envelhecimento;

   ii) Estratégia Quinquenal da Iniciativa Saleema da UA sobre a Eliminação da Mutilação Genital Feminina;

   iii) Projecto de Termos de Referência do Fórum Africano de Coordenação e Cooperação da Segurança Social (ASSCCF);

iv) Projecto de Declaração sobre a Protecção e Promoção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes;

v) Projecto de Directrizes para a Criação de Sistemas Integrados de Informações sobre o Mercado de Trabalho;

vi) Projecto de Directrizes sobre os Acordos Bilaterais de Trabalho (BLA).

9. Recomenda que os seguintes sejam apresentados aos competentes CTE para análise:

- Projecto de Quadro de Responsabilização da UA para Acabar com as Práticas Nocivas;
- Projecto de Directrizes para o Desenvolvimento de um Programa/Sistema Modelo de Bem-Estar dos Migrantes;
- Estratégia e Plano de Acção da UA para Acabar com a Exploração Sexual e o Abuso de Crianças na Internet (OCSEA);
- Estratégia Quinquenal da Campanha da UA para Acabar com o Casamento Infantil em África;
- Declaração sobre a Protecção e Promoção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes.

10. **APELA** aos Estados-Membros que não assinaram, aderiram e ratificaram o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Pessoas Idosas em África, o Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em África e à Protecção e Segurança Social a fazê-lo;

11. **COMPROMETE-SE** a tomar as medidas apropriadas para a implementação da Resposta Socioeconómica e Ambiental Abrangente da União Africana à Pandemia Sanitária da COVID-19;

12. **INCENTIVA** os Estados-Membros a intensificarem as medidas a nível nacional para aplicar a nível interno, implementar e elaborar relatórios sobre as políticas relativas ao envelhecimento, deficiências, Fim do Casamento Infantil, MGF, Exploração Sexual de Crianças na Internet, Quadro de Responsabilização de Práticas Nocivas e Agenda Social 2063;

13. **INSTA** os Estados-Membros da UA a acelerarem a aplicação a nível interno e a elaborarem relatórios sobre o Plano de Acção e Estratégia de Implementação da União Africana para pôr fim aos ataques e outras violações dos direitos humanos que visam as pessoas com albinismo em África;

14. **RECONHECE** a necessidade premente de reforçar a governação da migração laboral a nível nacional, orientada pelos instrumentos da UA, incluindo os Acordos Bilaterais de Trabalho, o Programa Modelo de Bem-Estar dos Migrantes, os Sistemas Integrados de Informação do Mercado de Trabalho e a Declaração sobre a Protecção e Promoção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes;

15. **SOLICITA** à Comissão a:

i. criar o Fórum Africano de Segurança Social e Cooperação (ASSCCF) como uma plataforma importante para a resposta pós-COVID-19 e estratégia de recuperação;

ii. dar início ao processo de galvanização do apoio para a implementação dos instrumentos de Governação da Migração Laboral da UA adoptados pelo STC-SDLE4, realizado de 04 a 08 de Abril de 2022.

III. QUANTO À 4.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DE MIGRAÇÃO, REFUGIADOS E DESLOCADOS INTERNOS, 23 E 24 DE MAIO DE 2022 - Doc. EX.CL/1351(XLI)

O Conselho Executivo,

16. **TOMA NOTA** do relatório da 4.ª Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado de Migração, Refugiados e Deslocados Internos (STC-MRI), realizada em Malabo, Guiné Equatorial, a 23 e 24 de Maio de 2022, e das recomendações nele contidas;

17. **FELICITA** o Governo da Guiné Equatorial e a Comissão da UA por terem acolhido e organizado com êxito uma Cimeira Humanitária e uma Conferência de Doadores;

18. **MANIFESTA O SEU APREÇO** pela Declaração da Conferência da Cimeira Humanitária e Conferência de Doadores, Ext/Assembly/AU/Decl.(XV), e **CONVIDA** os Estados-Membros, a Comissão da UA e os parceiros relevantes a empenharem-se na sua implementação;

19. **MANIFESTA IGUALMENTE O SEU APREÇO** pelos compromissos e promessas financeiras feitas pelos Estados-Membros e parceiros em relação às necessidades humanitárias em África e **APELA** aos Estados-Membros e parceiros que não se comprometeram a reflectir sobre a possibilidade de o fazerem;

20. **MANDATA** a Comissão, na sua qualidade de líder da Iniciativa de Mobilidade Climática para África (ACMI), para coordenar a agenda continental de migrações e alterações climáticas, bem como para liderar programas e actividades de apoio aos Estados-Membros da UA e às CER sobre alterações climáticas, deslocações forçadas e migrações;

21. **ADOPTA** as recomendações dos seguintes documentos de base relacionados com a Cimeira Humanitária e Conferência de Doadores:

i. Alterações Climáticas, Calamidades e Deslocações Forçadas em África;

ii. Segurança Alimentar e Nutricional em Situações Humanitárias em África;

iii. COVID-19 e os Desafios da Saúde no Espaço Humanitário em África;

iv. Reconstrução e Desenvolvimento Pós-Conflito para Refugiados e Deslocados Internos em África;

v. Mobilização de Recursos e Financiamento para a Acção Humanitária em África.

22. **TOMA NOTA** dos seguintes documentos e as suas recomendações sem quaisquer implicações financeiras, jurídicas e estruturais:

i) Relatório de Progresso sobre o Protocolo do Tratado que Institui a Comunidade Económica Africana relativo à Livre Circulação de Pessoas, Direito de Residência e Direito de Estabelecimento;

ii) Relatório de Progresso sobre a criação dos Centros de Migração Africana em Bamako, Cartum e Rabat;

iii) Documento de Política sobre a Prevenção do Tráfico de Seres Humanos (TIP) em África;

iv) Documento de Política sobre a Prevenção do Contrabando de Migrantes (SOM) em África;

v) Relatório de Peritos do 6.º Fórum Pan-Africano sobre Migrações (PAFOM);

vi) Orientação Política sobre o Grupo de Trabalho da UA-UE-ONU: Abordagem da Migração Irregular em África e Trajectória Política;

vii) Orientação Política da Iniciativa de Mobilidade Climática em África (ACMI) e Trajectória Política;

viii) Informações Actualizadas da Cimeira da AU-UE em Bruxelas e da Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros/Relações Exteriores da UE-UE em Kigali;

ix) Orientação Política em matéria de Regresso, Readmissão e Reintegração;

x) Informações actualizadas sobre os progressos na implementação do Pacto Global sobre Migrações em África, incluindo o Ponto da situação do Projecto de Plano de Acção sobre o Pacto Global sobre Migrações.

23. **APELA** aos Estados-Membros que ainda não ratificaram o Protocolo do Tratado que Institui a Comunidade Económica Africana relativo à Livre Circulação de Pessoas, Direito de Residência e Direito de Estabelecimento para que o façam o mais rapidamente possível para permitir que o instrumento entre em vigor;

24. **SOLICITA** à Comissão a:

i. elaborar um plano de implementação para os resultados da Cimeira Humanitária Extraordinária e Conferência de Doadores e submeter o mesmo para validação e aprovação pelos órgãos competentes;

ii. apresentar o Projecto de Estatuto da Agência Humanitária Africana à apreciação do CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos;

iii. apresentar os documentos relevantes para a operacionalização da Agência Humanitária Africana relacionados com as questões financeiras e de pessoal da Agência ao Subcomité do CRP de Reformas Estruturais e ao Subcomité do CRP de Supervisão e Coordenação Geral de Questões Orçamentais, Administrativas e Financeiras para a sua apreciação;

iv. criar um Fundo Especial em que serão depositadas as promessas de ajuda humanitária;

v. apresentar a estrutura e o processo de operacionalização do Fundo Especial para adopção pelos Órgãos Deliberativos da UA através do CRP e dos seus competentes Subcomités, e nos termos da regulamentação do Regulamento Financeiro e do Regulamento do Pessoal da UA;

vi. elaborar uma estratégia de divulgação que ajude a promover o Programa de Livre Circulação a nível nacional, regional e continental para o aumento das assinaturas e ratificações;

vii. acelerar a operacionalização do Centro Africano de Estudo e Investigação sobre as Migrações no Mali, do Observatório Africano de Migrações em Marrocos e do Centro Operacional Continental no Sudão;

viii. coordenar a agenda continental de migrações e alterações climáticas, bem como para liderar programas e actividades de apoio aos Estados-Membros da UA e às CER sobre alterações climáticas, deslocações forçadas e migrações;

ix. elaborar um projecto de plano de acção quinquenal do Projecto de Política sobre a Prevenção do Tráfico de Seres Humanos em África e a apresentar o mesmo à validação e aprovação por parte dos Estados-Membros;

x. elaborar um plano de acção quinquenal para a Política sobre a Prevenção do Contrabando de Migrantes em África aprovada e a apresentar o mesmo para validação e aprovação por parte dos Estados-Membros;

xi. acelerar a criação de grupos de trabalho relevantes do fórum para implementar os relatórios do PAFOM, incluindo os seus respectivos Planos de Acção;

xii. acelerar o processo de revisão do Projecto de Plano de Acção sobre a implementação do Pacto Global sobre Migrações em África, que recolhe contributos dos resultados do Fórum Internacional de Revisão sobre as Migrações (IMRF) e apresentar o mesmo ao próximo CTE para validação e aprovação;

xiii. acelerar o processo de revitalização e melhoria do funcionamento do grupo de trabalho, em conformidade com a declaração da Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da UA-UE de Fevereiro de 2022;

xiv. elaborar um projecto de Orientações Continentais sobre Regresso, Readmissão e Reintegração (RRR) e apresentar o mesmo para validação e aprovação por parte dos Estados-Membros.

IV. QUANTO À 4ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DE SAÚDE, POPULAÇÃO E CONTROLO DE DROGAS - Doc. EX.CL/1352(XLI)

25. FELICITA:

i. os Ministros responsáveis pela Saúde, População e Controlo de Drogas pela realização com êxito da Quarta Sessão Ordinária do seu Comité Técnico Especializado de Saúde, População e Controlo de Drogas (STC-HPDC) e pelas notáveis realizações nas áreas da saúde, nutrição, população e controlo de drogas;

ii. o governo e o povo da República Árabe do Egipto pela realização da Reunião Ministerial da 4.ª Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado da UA de Saúde, População e Controlo de Drogas (STC-HPDC), nos dias 04 e 05 de Junho de 2022.

26. **TOMA NOTA** da revisão do projecto de Estatuto do Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças alterado e da recomendação para a sua posterior apresentação ao CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos; com os comentários, alterações e recomendações da 4.ª Sessão do STC-HPDC;

27. **TOMA NOTA AINDA**

a. Da recomendação de alterar a designação do STC-HPDC para CTE de Saúde, Nutrição, População e Controlo de Drogas e **SOLICITA** à Comissão a apresentar a recomendação à 36.ª Sessão Ordinária da Conferência, em Fevereiro de 2023;

b. Do relatório e das recomendações da 4.ª Sessão Ordinária do STC-HPDC;

i. Da Campanha *Mais (Plus)* sobre a Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África, de 2022 a 2030;

ii. Prorrogação da Década da Medicina Tradicional de 2022 para 2030;

iii. O Primeiro Relatório Continental sobre Nutrição e as suas recomendações;

iv. A Posição Comum Africana sobre População e Desenvolvimento;

v. Declaração de Cairo sobre o tratamento das doenças relacionadas com o consumo de drogas e o uso de substâncias entre a juventude, as crianças e as mulheres, para análise pelos Ministros;

28. **ADOPTA**, sem implicações financeiras, jurídicas ou estruturais, o seguinte;

a. o relatório e as recomendações da 4.ª Sessão Ordinária do STC-HPDC;

b. os seguintes documentos de políticas;

<u>Sobre Saúde</u>

1. A Campanha para a Redução Acelerada da Mortalidade Materna em África (CARMMA) Mais a Proposta e o seu Projecto de Quadro de Responsabilização e Plano de Acção

2. Termos de Referência Revistos do Grupo de Trabalho de Saúde Materna, Neonatal e Infantil (SMNI)

3. Documento de Síntese do Prémio Mama Afrika

4. Relatório de revisão do fim da década dos Medicamentos Tradicionais (TM) (2010-2020)

5. Roteiro do Grupo de Trabalho Técnico (GTT) Continental da UA sobre Hepatite

6. Quadro Continental sobre o Controlo e Eliminação das Doenças Tropicais Negligenciadas em África até ao Ano 2030

7. Posição Comum Africana sobre Doenças Tropicais Negligenciadas

8. Relatório de Progresso da Declaração da Reunião de Liderança Africana sobre o Investimento na Saúde (ALM)
9. Quadro Jurídico de Bioprotecção e Biossegurança
10. Quadro Jurídico Normas para a Prevenção e Controlo de Infecções nas Instituições de Saúde

Sobre Nutrição

11. Relatório Continental da União Africana sobre Nutrição
12. Projecto de Relatório Continental do Estudo sobre o Custo da Fome em África (COHA)
13. Relatório de Revisão Intercalar da Estratégia Regional de Nutrição para África
14. Termos de Referência (TdR) do Grupo de Trabalho Africano para o Desenvolvimento Alimentar e Nutricional (ATFFND)

Sobre População:

15. Posição Comum Africana (PCA) sobre População e Desenvolvimento

Sobre Controlo de Drogas e Prevenção do Crime

16. Relatório Bienal de Implementação do Plano de Acção da UA para o Controlo de Drogas (2019-2023)
17. Relatório da Rede Pan-Africana de Epidemiologia sobre o Consumo de Drogas (2019-2020)
18. Relatório das Recomendações das Consultas Continentais sobre a Redução da Procura de Drogas.
19. Posição Comum da Sociedade Civil Africana sobre as Drogas
20. Declaração do Cairo sobre o tratamento dos Transtornos relacionados com o Consumo de Drogas e o Consumo de Substâncias entre Jovens, Crianças e Mulheres para análise pelos Ministros.
21. Resumo Técnico sobre o Papel dos Profissionais de Medicina Tradicional na Prevenção, Tratamento e Cuidados contra a Toxicodependência.
22. Resumo técnico sobre a implementação de Alternativas à Prisão/ Encarceramento
23. Resumo Técnico sobre a aceleração do acesso e disponibilidade de substâncias controladas para fins médicos e científicos.
24. Documento Técnico da União Africana sobre a Canábis.

V. QUANTO À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DE TRANSPORTES, INFRA-ESTRUTURAS TRANSCONTINENTAIS E INTER-REGIONAIS E ENERGIA (STC-TTIE), 14-16 DE JUNHO DE 2022 - Doc. EX.CL/1353(XLI)

29. **TOMA NOTA** do relatório da 2.ª Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado de Transportes, Infra-estruturas Transcontinentais e Inter-regionais e Energia (STC-TTIIE), realizada por videoconferência de 14 a 16 de Junho de 2022 e da respectiva declaração;

30. **FELICITA** os Ministros responsáveis pelos Transportes e Energia pela realização com êxito da referida 2.ª Sessão Extraordinária do Comité Técnico Especializado de Transportes, Infra-estruturas Transcontinentais e Inter-regionais e Energia (STC-TTIIE) e pela obtenção de resultados assinaláveis para o desenvolvimento das Infra-estruturas de Transportes, Transcontinentais e Inter-regionais e Energia em África.

A. Sobre a Posição Comum Africana sobre Acesso e Transição Energética:

31. **APROVA** a posição comum africana proposta sobre acesso e transição energética e solicita à Comissão a trabalhar juntamente com os Estados-Membros na consolidação de todas as diferentes propostas africanas sobre acesso à energia e transição energética justa;

32. **SOLICITA** à Comissão a coordenar a apresentação do Documento da Posição Africana consolidado ao Grupo Africano de Negociadores (AGN) para posterior transmissão à Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN) e ao Comité dos Chefes de Estado e de Governo Africanos sobre as Alterações Climáticas (CAHOSCC) para aprovação;

33. **SOLICITA IGUALMENTE** à Comissão, em colaboração com a AFREC, BAD e UNECA a trabalharem com os Estados-Membros visando a elaboração de planos directores nacionais de transição energética e estratégias de mobilização de recursos para os Estados-Membros e as CER, e estratégias para acelerar a implementação;

34. **SOLICITA AINDA** à Comissão, AUDA-NEPAD, BAD e UNECA a desenvolverem e implementarem um quadro e programa continental sobre transferência de tecnologia que permita aos Estados-Membros aceder, fabricar, adoptar e adaptar as tecnologias de acesso e transição energética às suas necessidades locais e nacionais;

35. **SOLICITA, POR OUTRO LADO,** aos Estados-Membros a acelerarem os esforços a facilitar o acesso à energia e a transição através da atribuição e mobilização de financiamento interno, do desenvolvimento do mercado do carbono, da criação de um ambiente propício à participação do sector privado e de um maior empenho na integração regional dos mercados energéticos;

36. **SOLICITA IGUALMENTE** aos Estados-Membros a definirem os objectivos de descarbonização por meio das Contribuições Determinadas a Nível Nacional (CND) e a acelerarem os esforços para descarbonizar e melhorar a eficiência

energética nos principais sectores, incluindo os transportes, a electricidade e os sectores industriais sujeitos a receberem o financiamento prometido na COP26;

37. **SOLICITA AINDA** à Comissão e aos seus parceiros continentais e regionais que acelerem a implementação das principais iniciativas, incluindo o Plano Director dos Sistemas Continentais de Energia (CMP), o Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA-PAP2), a Iniciativa Africana para as Energias Renováveis (AREI), o Mercado Africano Único de Electricidade (AfSEM) e o Programa Africano de Transição Energética (AETP);

38. **SOLICITA, POR OUTRO LADO,** à Comissão, em colaboração com instituições continentais e regionais, a desenvolver um programa continental sobre hidrogénio verde para criar mercados internos e internacionais sustentáveis e com uma boa relação custo-eficácia e desenvolver financiamentos, quadros políticos e regulamentares adequados e parcerias com outras regiões do mundo para o desenvolvimento das tecnologias;

39. **SOLICITA IGUALMENTE** à Comissão Africana de Energia Nuclear (AFCONE) e ao Acordo de Cooperação Regional Africana para a Investigação, Desenvolvimento e Formação relacionada com a Ciência e Tecnologia Nuclear (AFRA) a agilizar a implementação de quadros adequados para utilizar a energia nuclear e continuar a promover a cooperação a nível regional, continental e global para mobilizar financiamento, adquirir tecnologias, reforçar as competências e perícia, e combater os riscos associados;

40. **RECONHECE** e **FELICITA** a iniciativa para o acesso à energia e a transição justa em África proposta pela República Árabe do Egipto, **APOIA** os preparativos da COP27 e **APELA** à República Árabe do Egipto a, no futuro, defender a posição comum africana;

41. **APELA** aos parceiros, partes interessadas e potenciais investidores públicos e privados a apoiarem a posição comum africana para o acesso à energia e a transição justa e a ajudarem a desenvolver instrumentos e pacotes técnicos e financeiros para acelerar o direito dos africanos de acesso universal a electricidade a preços razoáveis e fiável e a uma cozinha não poluente, bem como a combustíveis e transportes limpos.

B. Sobre o Impacto da Crise entre a Rússia e a Ucrânia nos Sectores das Infra-estruturas e da Energia em África:

42. **SOLICITA** à Comissão, em colaboração com instituições pan-africanas especializadas e todas as relevantes partes interessadas, a continuar a acompanhar a evolução da situação da crise entre a Rússia e a Ucrânia e o seu impacto nos sectores das infra-estruturas e da energia e a aconselhar os Estados-Membros sobre medidas de mitigação adequadas e a intensificar o desenvolvimento de sistemas de dados sobre o consumo e o comportamento energético no continente;

43. **SOLICITA IGUALMENTE** à Comissão, em colaboração com instituições pan-africanas especializadas, a coordenar a implementação das seguintes

recomendações para mitigar os impactos da crise entre a Rússia e a Ucrânia e a aumentar e melhorar a resiliência de África face a futuros choques/crises:

i) elaborar um Plano Africano de Segurança e Financiamento Energético que promova o comércio intra-africano e o aumento da produção petrolífera africana; refinação do petróleo bruto africano em refinarias africanas e infra-estruturas pan-africanas de armazenamento e distribuição (portos, terminais, transporte marítimo, caminhos-de-ferro, etc.);

ii) acelerar o desenvolvimento de projectos e infra-estruturas regionais de gás e electricidade em África para apoiar a transição energética, a industrialização, a cozinha limpa, a agricultura, a petroquímica e abrir oportunidades para a exportação de gás natural para outros mercados;

iii) integrar a electrificação dos caminhos-de-ferro e outros sistemas de transporte sustentáveis nos actuais planos de desenvolvimento para reduzir o impacto das flutuações dos preços do petróleo e do gás nos custos dos transportes;

iv) criar zonas logísticas multimodais interligadas em todo o continente para facilitar a circulação de mercadorias, reduzir os custos dos transportes e da distribuição e reduzir os custos de armazenamento no continente, incluindo para os Estados Insulares africanos;

v) desenvolver linhas de navegação intra-africanas e/ou centros regionais específicos para navios-tanque;

vi) solicitar à Comissão, à Comissão de Aviação Civil Africana (AFCAC) e à Associação das Companhias Aéreas Africanas (AFRAA) a realizarem uma análise detalhada sobre os impactos relacionados com as companhias aéreas, incluindo a interconectividade e a segurança e desenvolver uma estratégia para a colaboração das companhias aéreas africanas;

vii) acelerar a implementação dos principais projectos no âmbito do PIDA PAP2 e do Mercado Africano Único de Electricidade (AfSEM) para reforçar a interconectividade intra-africana e aproveitar as oportunidades de comércio de energia que a crise entre a Rússia e a Ucrânia provocaram à África;

viii) garantir que os acordos e contratos de parceria consagrem cláusulas e financiamentos importantes para a transferência de tecnologia, assistência técnica e formação de africanos, bem como conteúdos locais, regionais e continentais.

C. Sobre o Sector dos Transportes:

44. **APROVA** o Mecanismo de Resolução de Litígios do Mercado Africano Único de Transportes Aéreos (SAATM) e solicita à AFCAC, em colaboração com a Comissão e outros parceiros principais, a criarem o Conselho Administrativo do Mecanismo de Resolução de Litígios do SAATM e o Secretariado acolhido pela AFCAC e a apresentar relatórios ao Organismo de Monitorização da Declaração de Yamoussoukro;

45. **APROVA IGUALMENTE** as directrizes políticas para a negociação do Acordo de Serviços Aéreos entre os Estados-Membros da União Africana e os Estados e Regiões Não-Africanas;

46. **SOLICITA** à AFCAC a criar um Comité de Juristas em matéria de Transportes Aéreos para auxiliar no acompanhamento da utilização das directrizes e na sua revisão;

47. **APROVA** a Política de Aviação Civil Africana revista e solicita à AFCAC a coordenar a sua implementação em colaboração com as instituições e parceiros relevantes no sector dos transportes aéreos;

48. **APROVA AINDA** as recomendações do estudo sobre o quadro institucional e opções para o financiamento sustentável do Observatório Africano de Segurança Rodoviária (ARSO);

49. **SOLICITA** à Comissão a coordenar a implementação das recomendações do estudo visando a criação do ARSO, de acordo com o n.º 17 da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1144(XL), de 17 de Fevereiro de 2022;

50. **REITERA** os apelos aos Estados-Membros que ainda não o tenham feito, para que adiram, ratifiquem e depositem o instrumento de ratificação da Carta Africana de Segurança Rodoviária;

51. **SOLICITA** à Comissão, em colaboração com a UNECA, a elaborar uma estratégia de sensibilização para exortar mais Estados-Membros a ratificarem a Carta Africana de Segurança Rodoviária;

52. **APROVA** o Plano de Acção para os Transportes Marítimos de 2022-2023;

53. **SOLICITA** à AFCAC a comunicar os candidatos africanos propostos, desde o Egipto, Guiné Equatorial, Etiópia, Gana, Mauritânia, Nigéria, África do Sul e Zimbabwe, às instituições de transportes aéreos e outros parceiros, para o apoio necessário antes da Assembleia Geral da OACI em Setembro de 2022.

VI. QUANTO À 7.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DE JUSTIÇA E ASSUNTOS JURÍDICOS, 15 DE JUNHO DE 2022 – Doc. EX.CL/1354(XLI)

54. **TOMA NOTA** do relatório e das recomendações da Sétima Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado de Justiça e Assuntos Jurídicos realizada em formato virtual de 26 a 29 de Novembro de 2021 (Reunião de Juristas Governamentais) e a 15 de Junho de 2022 em formato híbrido (em Adis Abeba e por videoconferência para a Reunião Ministerial).

55. **TOMA NOTA IGUALMENTE** do Projecto de Estatuto do Centro de Excelência dos Mercados Inclusivos Africanos (AIMEC) e **DECIDE** recomendar o mesmo à Conferência para análise e adopção;

56. **APROVA** o Projecto do Regulamento Interno da Assembleia Geral do Mecanismo de Cooperação Policial da União Africana (AFRIPOL).

57. **APROVA AINDA**, em princípio, um orçamento suplementar para a realização de uma reunião presencial do CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos e **ORIENTA** o

CRP, auxiliado pelo seu competente Subcomité, a analisar e adoptar o orçamento necessário.

VII. QUANTO À 6ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DE JUSTIÇA E ASSUNTOS JURÍDICOS, 30 DE JUNHO DE 2022 - Doc. EX.CL/1355(XLI)

O Conselho Executivo,

58. **TOMA NOTA** do relatório e das recomendações da 6.ª Sessão Extraordinária do CTE de Justiça e Assuntos Jurídicos realizada nos dias 28 e 29 de Junho de 2022 (Reunião de Juristas Governamentais) e a 04 de Julho de 2022 (Reunião Ministerial) em formato híbrido (em Adis Abeba e por videoconferência) para analisar o Projecto de Alterações ao Estatuto do Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças (Africa CDC);

59. **RECORDA** as Decisões EX.CL/Dec.1106(XXXVII), EX.CL/Dec.1110(XXXVIII) e EX.CL/Dec.1146(XL) sobre a operacionalização do Africa CDC;

60. **RECORDA AINDA** a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec. 835(XXXV), de Fevereiro de 2022, pela qual a Conferência delegou a sua autoridade ao Conselho Executivo para analisar, durante a sua 41.ª Sessão Ordinária, a aprovação das alterações ao Estatuto do Africa CDC, em conformidade com as suas implicações financeiras, estruturais e jurídicas, tendo em conta as seguintes recomendações:

(i) que, o Africa CDC seja um órgão autónomo da União com a responsabilidade de prevenção e controlo de doenças em África;

(ii) uma nova estrutura de governação que permita liderança estratégica e apropriação pelos Estados-Membros ao mais alto nível de Chefes de Estado e de Governo, ou pelo seu representante devidamente nomeado/delegado;

(iii) o Secretariado do Africa CDC deverá ser chefiado por um Diretor-geral num escalão adequado; e

(iv) instaurar modalidades para a implementação plena do Estatuto do Africa CDC.

61. **APROVA** o projecto de alterações ao Estatuto de Africa CDC;

62. **ADOPTA** o Projecto de Estatuto Revisto do Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças (Africa CDC);

63. **ORIENTA** a Comissão a acelerar o recrutamento do Director-Geral para o Africa CDC, na categoria SP3.

DECISÃO ACERCA DO RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE OS PROGRESSOS NA OPERACIONALIZAÇÃO DO CENTRO AFRICANO DE CONTROLO E PREVENÇÃO DE DOENÇAS (AFRICA CDC) – Doc.EX.CL/1359(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **TOMA NOTA** do relatório da Comissão sobre a Fase I e a Fase II de operacionalização do Centro Africano de Controlo e Prevenção de Doenças (Africa CDC) bem como as suas recomendações;

2. **RECORDA** as Decisões do Conselho Executivo **EX.CL/Dec.1106(XXXVII)** e **EX.CL/Dec.1110(XXXVIII)** que **SOLICITARAM** e **INSTRUTUIRAM** a Comissão da União Africana a: "elaborar um relatório, incluindo um roteiro e um Quadro de Operações, delineando as implicações jurídicas, estruturais e financeiras para a plena operacionalização do Africa CDC, em conformidade com o seu Estatuto, para apresentação ao Conselho através dos Órgãos Deliberativos da UA".

3. **RECORDA IGUALMENTE** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1146(XL), que **ORIENTOU** a Comissão a: "pôr em prática todas as medidas necessárias para acelerar a plena operacionalização do Africa CDC, em conformidade com as relevantes decisões dos Órgãos Deliberativos, incluindo a conclusão da implementação das recomendações do Grupo de Trabalho da Fase I, desde que não hajam implicações jurídicas, estruturais e financeiras, e apresentar um relatório à 41.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo em Junho/Julho de 2022";

4. **RECORDA AINDA** a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec835(XXXV), pela qual a Conferência decidiu: *"delegar a sua autoridade ao Conselho Executivo para considerar, durante a sua Sessão de Julho de 2022, a aprovação das alterações ao Estatuto do Africa CDC, em conformidade com as seguintes directivas: a) O Africa CDC é um órgão autónomo da União responsável pela prevenção e controlo das doenças em África; b) Uma nova estrutura de governação que permite a liderança estratégica e a apropriação por parte dos Estados-Membros ao mais alto nível de Chefes de Estado e de Governo; c) O Secretariado do Africa CDC será chefiado por um Diretor-geral com uma categoria adequada; e d) A Comissão deverá criar modalidades para a plena implementação do Estatuto do Africa CDC revisto";*

5. **REGISTA COM PREOCUPAÇÃO** os lentos progressos na implementação da Fase I de Operacionalização do Africa CDC;

6. **REAFIRMA** a sua determinação em reforçar o Africa CDC, tanto a nível do Secretariado como a nível dos Centros de Coordenação Regional, para uma preparação e resposta eficazes às ameaças de doenças e emergências de saúde pública;

7. **ORIENTA** a Comissão a acelerar a plena implementação das recomendações da Fase I de operacionalização do Africa CDC;

8. **SOLICITA** à Comissão a apresentar a estrutura organizacional revista do Africa CDC e um relatório detalhado sobre as operações do Fundo para as Epidemias em África, incluindo as implicações financeiras, jurídicas e estruturais, ao Conselho Executivo em Fevereiro de 2023;

9. **ORIENTA** a Comissão a apresentar o quadro de operações por intermédio do processo relevante para análise pelo Conselho Executivo, em Fevereiro de 2023;

10. **DECIDE** continuar a seguir activamente esta questão.



DECISÃO ACERCA DA MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS DECISÕES DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS DA UA – Doc. EX.CL/1360(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **RECORDA** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1127(XXXIX), de Outubro de 2021, que solicita à Comissão, em estreita colaboração com o CRP, a criar um Grupo de Trabalho Conjunto constituído pelos Estados-Membros a nível de peritos e pela Comissão, por forma a fazer o balanço de todas as decisões tomadas na última década, conceber formas inovadoras de melhorar o acompanhamento da implementação das decisões dos órgãos deliberativos;

2. **RECORDA IGUALMENTE** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1150(XL), que solicitou à Comissão a organizar um retiro conjunto do CRP-Comissão, precedido de reuniões preparatórias para o Grupo de Trabalho Conjunto a nível de peritos e a apresentar um relatório ao Conselho Executivo em Julho de 2022;

3. **FELICITA** a Comissão e os Estados-Membros pela criação do Grupo de Trabalho Conjunto para a Monitorização, Avaliação e Elaboração de Relatórios sobre a Implementação das Decisões dos Órgãos Deliberativos da UA;

4. **TOMA NOTA** do relatório da primeira reunião do Grupo de Trabalho Conjunto para a Monitorização, Avaliação e Elaboração de Relatórios sobre a Implementação das Decisões dos Órgãos Deliberativos da UA que se realizou de 25 a 27 de Abril de 2022 em Adis Abeba e das recomendações nele contidas; apresentado provisoriamente como trabalho em curso para a plena implementação da supracitada Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1150(XL);

5. **TOMA NOTA AINDA** da informação actualizada apresentada pela Comissão, que analisa os progressos na elaboração de uma metodologia para a monitorização, avaliação e elaboração de relatórios sobre a implementação das decisões dos Órgãos Deliberativos da UA, incluindo os instrumentos electrónicos já desenvolvidos nesse sentido;

6. **CONSCIENTE** dos desafios enfrentados na organização do retiro conjunto do CRP/Comissão no primeiro semestre de 2022;

7. **SOLICITA** ao Grupo de Trabalho Conjunto a continuar o seu trabalho, a um ritmo acelerado, de acordo com uma representação aberta de Peritos dos Estados-Membros, com vista a elaborar as recomendações propostas e a metodologia contida no seu relatório acima mencionado;

8. **SOLICITA IGUALMENTE** à Comissão a tomar todas as medidas necessárias para organizar o referido retiro no segundo semestre de 2022, por forma a analisar os resultados dos trabalhos do Grupo de Trabalho Conjunto e a apresentar um relatório à 42.ª Sessão do Conselho Executivo em Fevereiro de 2023;

9. **SOLICITA AINDA** à Comissão, com o apoio do Grupo de Trabalho Conjunto, a tomar as medidas necessárias para o reforço da coordenação entre os departamentos da CUA, outros Órgãos da UA e os Estados-Membros quanto ao processo de Monitorização e Avaliação das decisões através de relatórios harmonizados, eficazes e conjuntos; incluindo os esforços em curso do Subcomité do CRP de Normas, Padrões e Credenciais para o estudo sobre a categorização das decisões da União;

10. **ORIENTA** o CRP, através dos competentes Subcomités, a analisar as implicações financeiras para a plena implementação da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1150(XL), incluindo a organização do Retiro entre o CRP e a Comissão no segundo semestre de 2022 e para facilitar o trabalho do Grupo de Trabalho Conjunto.

DECISÃO ACERCA DO RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA DECISÃO EX.CL/DEC.1143(XL) DE FEVEREIRO DE 2022 SOBRE O ECOSOCC - Doc. EX.CL/1361(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **TOMA NOTA** do relatório de progresso da Comissão sobre a implementação da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1143(XL) acerca do Relatório de Investigação aos Membros do ECOSOCC;

2. **REITERA** a sua preocupação relativamente à governação recorrente e aos desafios operacionais que continuam a dificultar o bom funcionamento do Órgão e no cumprimento do seu mandato de envolvimento das bases e de facilitar a sua constante interacção com a União e os seus Órgãos para, em última análise, se alcançar uma União verdadeiramente centrada nas pessoas;

3. **RECORDA** a sua Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.869(XXVI), de Janeiro de 2015, de estabelecer os Capítulos Nacionais do ECOSOCC como um quadro de responsabilização dos Membros do ECOSOCC, bem como um canal de divulgação de informações e de mobilização de apoio aos programas e actividades da UA, incluindo a Agenda 2063;

4. **ORIENTA** ao Secretariado do ECOSOCC a finalizar o Quadro sobre o Estabelecimento dos Capítulos Nacionais nos Estados-Membros e a apresentar para a sua análise, através do canal estabelecido, em Fevereiro de 2023; e

5. **SOLICITA** à Comissão, em colaboração com o Secretariado do ECOSOCC, a garantir a plena implementação da sua Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1143(XL) e **SOLICITA IGUALMENTE** à Comissão a apresentar na sua próxima Sessão Ordinária do Conselho Executivo propostas concretas em termos de abordagem de questões de governação e operacionais do Órgão, bem como um mecanismo para garantir a responsabilização contra os membros do ECOSOCC e os seus representantes acreditados por violação das normas e regulamentos da UA.

DECISÃO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA DECISÃO DA CONFERÊNCIA ASSEMBLY/AU/DEC.823(XXXV) RELATIVA À COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UA
DOC. EX.CL/1362(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **TOMA NOTA** do relatório circunstanciado e **FELICITA** a Comissão por realizar consultas transparentes e inclusivas;

2. **RECORDA** a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.823(XXXV)], em especial o n.º 4: *"**TOMA NOTA** da preocupação dos Estados-Membros da região da África do Norte relativamente à representação regional na composição do Conselho de Paz e Segurança, e **ORIENTA** à Comissão, em plena consulta com os Estados-Membros da UA, a apresentar um relatório abrangente à próxima sessão do Conselho Executivo, com propostas concretas consensuais de alteração ao n.º 1 do Artigo 5.º do Protocolo Relativo à Criação do Conselho de Paz e Segurança"*;

3. **CONSTATA** a falta de consenso quanto à alteração do n.º 1 do Artigo 5.º do Protocolo Relativo à Criação do Conselho de Paz e Segurança, conforme o disposto no n.º 4 da Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.823(XXXV);

4. **TOMA NOTA** do desejo de algumas delegações de prosseguirem as consultas e, **SOLICITA** à Comissão a facilitar as referidas consultas e a apresentar um relatório final à 42.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, em Fevereiro de 2023;

5. **RECOMENDA** à Conferência a determinar a via a seguir.

DECISÃO ACERCA DO RELATÓRIO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA DECISÃO DO CONSELHO EXECUTIVO EX.CL/DEC.1148(XL), DE FEVEREIRO DE 2022, SOBRE AS ELEIÇÕES PARA A MESA DO PARLAMENTO PAN-AFRICANO DOC. EX.CL/1364(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **TOMA NOTA COM AGRADO** do relatório sobre a implementação da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1128(XXXIX), sobre o incidente ocorrido no Parlamento Pan-Africano;

2. **ENALTECE** a liderança e o envolvimento pessoal de S. Ex.ª o Sr. Macky SALL, Presidente da República do Senegal e Presidente em exercício da União, na resolução da crise no PAP que resultou na organização com êxito das eleições de 29 de Junho de 2022;

3. **RECONHECE** a liderança de S. Ex.ª o Sr. Cyril RAMAPHOSA, Presidente da República da África do Sul, por ter garantido a realização normal das eleições, que tiveram lugar em Midrand, África do Sul, na Sede do PAP;

4. **FELICITA** S. Ex.ª o Sr. Moussa Faki Mahamat, Presidente da Comissão pela sua participação e liderança demonstrada durante o processo de eleição da Mesa do PAP;

5. **REGOZIJA-SE** pelo sentido de responsabilidade, o pan-africanismo e o espírito de compromisso dos parlamentares que prevaleceu durante as eleições e **CONGRATULA** os membros eleitos da Mesa e todos os deputados do PAP;

6. **RECORDA** as suas Decisões do Conselho Executivo EX.CL/DeC.979(XXXI), EX.CL/DeC.1018(XXXII) e EX.CL/DeC.1128(XXXIX) que reiteraram a aplicação dos valores, das normas e dos regulamentos da União Africana na gestão de todas as actividades do Órgão, incluindo o princípio da rotatividade geográfica dos membros da Mesa, incluindo o da Presidência, e **ORIENTA** o PAP a aplicar a fórmula de rotatividade delineada nas Modalidades de Eleição dos Membros da Mesa da Sexta Legislatura do PAP o em todas as futuras eleições da Mesa;

7. **ORIENTA IGUALMENTE** o Gabinete do Conselheiro Jurídico, em estreita colaboração com o Secretariado do PAP, a proceder urgentemente à revisão do Regimento Interno do PAP a fim de garantir o alinhamento aos valores, Normas e Regulamentos da UA Africana, bem como às práticas estabelecidas da União, incluindo o princípio da rotatividade geográfica;

8. **INCENTIVA** os Estados-Membros que ainda não o tenham feito a ratificar o Protocolo de Malabo revisto do Acto Constitutivo da União Africana relativo ao Parlamento Pan-Africano de 2014. **INCENTIVA** os Estados-Membros que ainda não o tenham feito a ratificar o Protocolo de Malabo revisto do Acto Constitutivo da União Africana relativo ao Parlamento Pan-Africano de 2014;

9. **RECORDA AINDA** a sua Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1028(XXXII), que orientou o CRP a realizar um retiro com o PAP com o objectivo de abordar todas as preocupações e desafios que afectam a execução e as operações do PAP e **REITERA, POR CONSEGUINTE**, a necessidade de organizar urgentemente o referido retiro e apresentar um relatório ao Conselho Executivo em Fevereiro de 2021.

DECISÃO ACERCA DO RELATÓRIO SOBRE A DETERMINAÇÃO DO NÍVEL ADEQUADO DE FUNDOS A UTILIZAR NO ÂMBITO DO MECANISMO DE RESPOSTA EM SITUAÇÕES DE CRISE (CRF) DO FUNDO PARA A PAZ DA UA - Doc. EX.CL/1366(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **TOMA NOTA** do relatório sobre a determinação do nível proposto para o Mecanismo de Resposta em Situações de Crise (CRF);

2. **RECORDA** a Decisão da Conferência Ext/Assembly/AU/Dec.(XVI) adoptada pela 16.ª Sessão Extraordinária da Conferência sobre o Terrorismo e Mudanças Inconstitucionais de Governo em África, de Maio de 2022; e a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.815(XXXV) da 35.ª Sessão Ordinária da Conferência da União, de Fevereiro de 2022;

3. **APROVA** o limite máximo de USD 5.000.000,00 como nível do Mecanismo de Resposta em Situações de Crise (CRF) para doze (12) meses, com efeitos a partir de Janeiro de 2023, e **ORIENTA AINDA** o CRP, através do seu Subcomité de GSCBFAM, a trabalhar em conjunto com os peritos técnicos do F15, a finalizar as modalidades do reabastecimento do CRF e a apresentar um relatório ao Conselho Executivo em Fevereiro de 2023;

4. **SUBLINHA** a necessidade de cumprir os procedimentos com base no Regulamento Financeiro da UA relativamente ao processo de aprovação, utilização e elaboração de relatórios sobre o nível do CRF e a elegibilidade para assistência a partir do Mecanismo de Resposta em Situações de Crise;

5. **FELICITA** o Conselho de Paz e Segurança (CPS), o Conselho de Administração e o Comité Executivo de Gestão pelo seu empenho na utilização do Fundo para a Paz da UA.

DECISÃO ACERCA DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA SOBRE O DIREITO INTERNACIONAL (CUADI) - EX.CL/1368(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **TOMA NOTA** do Relatório de Actividades da Comissão da União Africana sobre o Direito Internacional (CUADI) para o período Janeiro de 2021 - Junho de 2022, e das recomendações nele contidas;

2. **TOMA NOTA IGUALMENTE** da vasta gama de tópicos jurídicos nos diversos estudos que estão a ser realizados pela CUADI com vista à codificação e implementação do Direito Internacional Africano e **FELICITA** a CUADI pelos diversos estudos sobre direito internacional concluídos até à data;

3. **TOMA NOTA AINDA COM PREOCUPAÇÃO** da insuficiência de recursos atribuídos à CUADI, o que afecta a sua eficácia, e para o efeito;

4. **RECORDA** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1083(XXXVI) sobre a oferta da República da Guiné Equatorial de acolher o Secretariado da CUADI e **APELA** ao CRP e à Comissão a finalizarem rapidamente a estrutura de um Secretariado independente da CUADI, o processo da sua transferência e a apresentarem um relatório ao Conselho Executivo em Fevereiro de 2023;

5. **FELICITA** a CUADI pela conclusão pontual do estudo sobre as implicações jurídicas da alteração do n.º 1 do Artigo 5.º do Protocolo sobre a Criação do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos de conceder ao Comité Africano de Peritos sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança acesso directo ao Tribunal, e **DECIDE** enviar o estudo ao CRP para análise, através do seu Subcomité de Direitos Humanos e Governação, antes da apresentação de recomendações concretas sobre a via a seguir ao Conselho Executivo em Fevereiro de 2023;

6. **INSTA** o CRP, através dos seus competentes Subcomités e a Comissão a trabalharem em estreita colaboração com a CUADI e a dotarem-na dos recursos e apoio necessários para cumprir o seu mandato de forma eficaz, incluindo a prestação de orientação e aconselhamento na identificação e selecção de questões jurídicas de interesse para a União e os seus Estados-Membros, de uma forma coerente com a natureza e o mandato da CUADI;

7. **SOLICITA**, por conseguinte, ao CRP a analisar e adoptar um orçamento suplementar para as actividades da CUADI relativamente às suas interacções com os Órgãos da UA;

8. **ACOLHE COM AGRADO** o tema da 9.ª Edição do Fórum como: "***Direito Internacional, Direito Comercial e Direitos Humanos em África"*** em conformidade com os objectivos estabelecidos na Agenda 2063 e **SOLICITA** à CUADI a divulgar os trabalhos do Fórum para todos os Estados-Membros e outros órgãos relevantes.

DECISÃO ACERCA DO RELATÓRIO DO RETIRO ENTRE O TRIBUNAL AFRICANO DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS (TADHP) E O COMITÉ DOS REPRESENTANTES PERMANENTES (CRP) INCLUINDO A ALTERAÇÃO DA DECISÃO DE NIAMEY RELATIVA AOS BENEFÍCIOS DOS JUÍZES - EX.CL/1378(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **TOMA NOTA** do relatório do Comité dos Representantes Permanentes (CRP) adoptado durante a sua 44.ª Sessão Ordinária, realizada de 20 de Junho a 08 de Julho de 2022, e das suas recomendações relativas ao estatuto dos Juízes do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (Tribunal ou TADHP);

2. **FELICITA** a CRP e o Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (TADHP) pelo êxito do Retiro Conjunto organizado nos dias 10 e 11 de Março de 2022 em Arusha, República Unida da Tanzânia, e **TOMA NOTA** das recomendações do referido Retiro;

3. **REAFIRMA** o papel central do TADHP como órgão judicial continental para garantir a realização dos objectivos do Acto Constitutivo da União de promover e proteger os direitos humanos e dos povos;

4. **RECORDA** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1057(XXXV), e em especial a **Secção C** da referida decisão, *"sobre a harmonização dos subsídios e benefícios para os Órgãos da União";*

5. **DECIDE** alterar o n.º 14 da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1057(XXXV), que passa a ter a seguinte redacção *"**Decide igualmente**, de modo a garantir a harmonização dos seus subsídios e benefícios, manter as actuais regalias e condições de serviço de todos os juízes do Tribunal Africano"*;

6. **SOLICITA** à Comissão e ao TADHP, no quadro da reforma institucional em curso, a proporem novos subsídios e benefícios aos juízes do TADHP;

7. **AUTORIZA** o CRP, através do competente subcomité, a aprovar um orçamento suplementar para cobrir todas as eventuais despesas resultantes da revisão da Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1057 (XXXV);

8. **SOLICITA** à Comissão e ao TADHP a apresentarem à 42.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, em Fevereiro de 2023, um relatório sobre a implementação da presente Decisão.

DECISÃO SOBRE O RELATÓRIO INTERCALAR DE IMPLEMENTAÇÃO DO TEMA DA UNIÃO AFRICANA DO ANO DE 2022 SOBRE NUTRIÇÃO - DOC EX.CL/1367(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **TOMA NOTA** do Relatório Intercalar sobre a Implementação do Roteiro do Tema do Ano da União Africana para 2022, intitulado Aumento da Resiliência em Matéria de Nutrição e Segurança Alimentar no Continente Africano: Reforço dos Sistemas Agro-alimentares, de Saúde e Protecção Social para a Aceleração do Desenvolvimento do Capital Humano, Social e Económico;

2. **RECONHECE** o papel desempenhado pelo Líder da União Africana em matéria de Nutrição, Sua Majestade o Rei Letsie III, Chefe de Estado do Reino do Lesoto, por envolver os Chefes de Estado e de Governo e outros responsáveis e decisores a elevarem a nutrição nas agendas continentais e domésticas e reforçarem a vontade política de abordar as complexas causas profundas da desnutrição;

3. **TOMA NOTA** dos progressos registados na implementação das recomendações do plano de acção do tema do ano decorrentes das principais acções e compromissos das partes interessadas, a maioria dos quais apela aos Estados-Membros a darem prioridade ao aumento do investimento financeiro interno na segurança alimentar e nutricional, promovendo igualmente os investimentos na programação multissectorial; e **APELA** à Comissão da União Africana e às principais partes interessadas a adoptarem e desenvolverem um quadro político multissectorial e um objectivo de investimento em matéria de nutrição que venha a garantir a afectação de recursos internos para a programação nutricional;

4. **TOMA NOTA IGUALMENTE** das actividades planificadas inscritas no roteiro sobre o tema do ano a serem implementadas no segundo semestre de 2022 e no período subsequente; e **APELA** à Comissão da União Africana a trabalhar em estreita colaboração com todos os Estados-Membros da UA, Comunidades Económicas Regionais (CER), Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD), Banco Africano de Desenvolvimento (Iniciativa dos Líderes Africanos em matéria de Nutrição), Agências das Nações Unidas e parceiros na segurança alimentar e nutricional a continuarem a apoiar a implementação de actividades e programas em conformidade com o tema do ano da UA para 2022;

5. **TOMA NOTA AINDA** com apreço dos preparativos em curso pela República Árabe do Egipto para acolher a COP 27 em Novembro de 2022, e para o lançamento de iniciativas destinadas à Adaptação em África, incluindo em matéria de agricultura e segurança alimentar, e **INCENTIVA** todos os Estados-Membros da UA e a Comissão a continuarem a prestar o seu apoio à República Árabe do Egipto para que a COP africana seja coroada de êxito;

6. **CONSTATANDO** as necessidades sem precedentes devido à intersecção dos conflitos, alterações climáticas, pandemia do coronavírus e custos crescentes, que limitam o acesso de milhões de pessoas a alimentos; e **RECONHECENDO** que restam apenas três (3) anos para a concretização das metas de Malabo (10% e 5% de raquitismo e baixo peso), a Estratégia Regional Africana para a Nutrição (2016-2025); **DECIDE** que as actividades sobre o roteiro para o tema do ano da UA para 2022 deverão continuar até 2023;

7. **SOLICITA** à Comissão, em colaboração com a República da Côte d'Ivoire e as principais partes interessadas, a apresentar um relatório abrangente à 36.ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA, a ser realizada em Fevereiro de 2023, sobre o impacto do tema do ano da UA para 2022, destacando as principais realizações, desafios e a estratégia para a implementação das principais recomendações decorrentes do tema do ano da UA sobre nutrição para além de 2022

DECISÃO SOBRE O RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DOS ESTADOS PARTES DA AGÊNCIA AFRICANA DE MEDICAMENTOS (AMA) SOBRE O ACOLHIMENTO DA SEDE DA AMA - EX.CL/1369(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **RECORDA** a Decisão da Conferência de Fevereiro de 2022 Assembly/AU/Dec. 830(XXXV), que autoriza *"a 41ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo de Julho de 2022, a tomar uma decisão em nome da Conferência sobre o país anfitrião da Sede da AMA, com base na recomendação da Conferência dos Estados Partes da AMA*";

2. **ENALTECE** o imenso trabalho da Equipa de Avaliação, e da Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD) no apoio e na conclusão das missões de avaliação;

3. **ENALTECE IGUALMENTE** todos os Estados-Membros que se ofereceram para acolher a Sede da Agência Africana de Medicamentos (AMA) pelo vigor das suas ofertas e **APELA** a todos os Estados-Membros candidatos a apoiarem a operacionalização da AMA;

4. **TOMA NOTA** do relatório de avaliação sobre o acolhimento da Sede da Agência Africana de Medicamentos (AMA) e do relatório e recomendação da Primeira Sessão Ordinária da Conferência dos Estados Partes do Tratado para a Criação da Agência Africana de Medicamentos (Tratado da AMA);

5. **DECIDE** que a República do Ruanda deverá acolher a Sede da AMA;

6. **SOLICITA** à Comissão a continuar a apoiar a Conferência dos Estados Partes do Tratado da AMA e a República do Ruanda, na operacionalização da Agência Africana de Medicamentos (AMA) e na criação da sua Sede, o mais rapidamente possível;

7. **INCENTIVA** os Estados-Membros que assinaram o Tratado da AMA a ratificá-lo e **APELA** aos demais Estados-Membros a assinarem e ratificarem o referido tratado para salvaguardar a saúde pública, a segurança e o acesso a medicamentos e produtos médicos de qualidade, seguros e eficazes no continente.

DECISÃO SOBRE A ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO DE DOIS (2) JUÍZES DO TRIBUNAL AFRICANO DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS
Doc. EX.CL/1372(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **TOMA NOTA** do relatório da Comissão sobre a Eleição e Nomeação de Dois (2) Juízes do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos (TADHP);

2. **ELEGE E NOMEIA** os seguintes juízes do TADHP para um mandato de **seis (6) anos**:

N.º	NOME	PAÍS	REGIÃO	GÉNERO
1.	Suzanne NTYAM ONDO MENGUE	Camarões	Central:	F
2.	Dennis Dominic ADJEI (Assento Rotativo)	Gana	Ocidental	M

DECISÃO SOBRE A ELEIÇÃO DE UM (1) MEMBRO DA COMISSÃO AFRICANA DOS DIREITOS HUMANOS E DOS POVOS
DOC. EX.CL/1373(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **TOMA NOTA** do relatório da Comissão sobre a eleição e nomeação de um (1) Membro da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos;

2. **ELEGE E NOMEIA** o seguinte como membro da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos para um mandato que **deverá cessar em Fevereiro de 2026**:

N.º	NOME	PAÍS	REGIÃO	GÉNERO
1.	Litha Musyimi OGANA	Quénia	Oriental	F

DECISÃO SOBRE A ELEIÇÃO E NOMEAÇÃO DE DOIS (2) MEMBROS DO CONSELHO DA UNIÃO AFRICANA CONTRA A CORRUPÇÃO - Doc. EX.CL/1374(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **TOMA NOTA** do relatório da Comissão sobre a eleição e nomeação de dois (2) membros do Conselho Consultivo da União Africana contra a Corrupção (AUABC);

2. **LAMENTA** a não apresentação de candidaturas de mulheres pelos Estados Parte da Convenção da União Africana sobre a Prevenção e Combate à Corrupção da Região Austral;

3. **DECIDE** adiar a eleição de uma (1) candidata mulher da Região Austral para a 42.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo;

4. **SOLICITA** à Comissão a reabrir o processo de apresentação de candidaturas para o posto e **APELA** aos Estados Partes da Convenção da União Africana sobre a Prevenção e Combate à Corrupção da Região Austral a apresentarem as suas candidatas do sexo feminino;

5. **ELEGE E NOMEIA** o seguinte como membro da AUABC para um mandato de dois (2) anos:

N.º	NOME	GÉNERO	PAÍS	REGIÃO
1.	Elzahraa Kamal KHALED	F	Egipto	Norte

DECISÃO SOBRE A DESIGNAÇÃO E NOMEAÇÃO DE UM (1) REPRESENTANTE DA ÁFRICA AUSTRAL PARA O 5.º PAINEL DE SÁBIOS - Doc. EX.CL/1375(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **RECORDA** a Decisão da Conferência [Assembly/AU/Dec.824(XXXV)] que orientou o Presidente da Comissão a realizar consultas com a região da África Austral no sentido de designar um representante da região e apresentar à 41.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo; e delegou à 41.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo a autoridade de nomear um representante da África Austral para o 5.º Painel de Sábios, em conformidade com o n.º 2 do Artigo 4.º do Regulamento Interno da Conferência sobre a Delegação de Autoridade;

2. **DECIDE**, em conformidade com o n.º 2 do Artigo 11.º do Protocolo do CPS, nomear S. Ex.ª a Sr.ª Phumzile Mlambo-Ngcuka, antiga Vice-Presidente da República da África do Sul e antiga Directora Executiva da ONU-Mulheres como membro do 5.º Painel de Sábios para um mandato de três (3) anos a partir de Fevereiro de 2022, em representação da Região da África Austral;

3. **REITERA** o seu pedido à Comissão de colaborar com o Painel nomeado com o intuito de reforçar as operações do PanWise e da FemWise-Africa.

DECISÃO SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE AUDITORES EXTERNOS DA UA
Doc. EX.CL/1377(XLI)

O Conselho Executivo

1. **TOMA NOTA** das indicações, nos termos do Artigo 98.º do Regulamento Financeiro da União Africana, apresentada pelos Decanos Regionais depois de consultas nas suas respectivas regiões;

2. **DECIDE** nomear, para além dos membros do primeiro escalão, os seguintes CHEFES DAS INSTITUIÇÕES SUPERIORES DE AUDITORIA no Conselho de Auditores Externos da UA para os Exercícios Financeiros de 2022 e 2023.

REGIÃO	REPRESENTANTE
ÁFRICA CENTRAL	REPÚBLICA DA GUINÉ EQUATORIAL
ÁFRICA ORIENTAL	REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA
ÁFRICA DO NORTE	
ÁFRICA AUSTRAL	REINO DE ESWATINI
ÁFRICA OCIDENTAL	REPÚBLICA DA CÔTE D'IVOIRE

3. **APELA** às regiões da África Oriental e do Norte a finalizarem as suas consultas para a designação dos seus representantes no BoEA, para serem aprovados durante a 42.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo, em Fevereiro de 2023;

4. **ENALTECE** o trabalho dos Chefes das Instituições Superiores de Auditoria cessantes dos seguintes Estados-Nembros que prestaram serviço de forma diligente ao BoEA durante o Exercício Financeiro de 2020-2021:
   - África Central - República do Congo;
   - África Oriental - República Unida da Tanzânia;
   - África do Norte - Estado da Líbia;
   - África Austral - República da Namíbia;
   - África Ocidental - República da Guiné.

DECISÃO ACERCA DO RELATÓRIO DA SESSÃO CONJUNTA DO COMITÉ MINISTERIAL SOBRE A ESCALA DE AVALIAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES E O COMITÉ DO F15, INCLUINDO O RESULTADO DO RETIRO DO F15 - Doc.EX.CL/1370(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **TOMA NOTA** do Relatório da Sessão Conjunta do Comité Ministerial sobre a Escala de Avaliação e Contribuições e do Comité dos Quinze Ministros das Finanças (F15);

2. **FELICITA** os Estados-Membros por contribuírem com USD 142.823.360,89, equivalente a 70% dos USD 204.784.571,00 das contribuições estatutárias em 2022 para o orçamento regular da União;

3. **FELICITA IGUALMENTE** os Estados-Membros por contribuírem com USD 272.470.917 para o Fundo para a Paz da UA desde 2017, uma demonstração do elevado nível de compromisso da União para a plena operacionalização do Fundo;

4. **FELICITA AINDA** os Estados-Membros que tenham a situação regularizada no pagamento das suas contribuições e **EXORTA** os Estados-Membros que ainda não o tenham feito a efectuarem o pagamento das suas contribuições estatutárias em cumprimento das suas obrigações financeiras para com a União;

5. **RECORDA** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1071(XXXV), de Julho de 2019, que analisou a situação política e de segurança da República Federal da Somália e do Estado da Líbia e manteve a imposição de sanções pelo não pagamento das contribuições, e que solicitou à Comissão a efectuar consultas com os dois países a fim de chegar a acordo sobre um plano de pagamento para liquidar os pagamentos em atraso no prazo de quatro (4) anos a contar da data de adopção da Decisão;

6. **RECORDA IGUALMENTE** a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.752(XXXIII), de Fevereiro de 2020, que tomou nota dos pedidos da República das Seychelles e da República do Burundi e dos desafios com que se confrontavam para cumprirem com o pagamento das suas contribuições anuais à União, bem como do pedido dirigido à Comissão a estabelecer contactos com os Estados-Membros que enfrentam dificuldades no pagamento das suas contribuições à União e com os que têm pagamentos em atraso de dois (2) anos ou mais, a fim de chegarem a acordo sobre o plano de pagamento para liquidar as suas dívidas;

7. **RECORDA AINDA** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1119(XXXVIII), de Fevereiro de 2021, que tomou nota do pedido da República do Sudão sobre a necessidade de se proceder à revisão da sua contribuição estatutária e solicitou à Comissão a realizar consultas com a República do Sudão, com base na actual Escala de Avaliação, para se chegar a acordo sobre um plano de pagamento para

liquidar os pagamentos em atraso o mais rapidamente possível, no prazo de quatro (4) anos a contar da data de adopção da Decisão;

8. **RECORDA** a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.802(XXXIV), de Fevereiro de 2021, que aprovou os planos de pagamento para a República Federal da Somália, a República das Seychelles e a República do Burundi para a liquidação dos seus pagamentos em atraso;

9. **FELICITA** a República das Seychelles por implementar integralmente o plano de pagamento acordado com a Comissão e por liquidar todos os pagamentos em atraso para os orçamentos da UA, bem como por efectuar o pagamento integral da contribuição estatutária de 2022 para o orçamento regular e para o Fundo para a Paz e **INCENTIVA** a República do Burundi e a República Federal da Somália a continuarem a implementar os planos de pagamento acordados com a Comissão para liquidar as dívidas o mais rapidamente possível, em conformidade com a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.802(XXXIV);

10. **RECORDA IGUALMENTE** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1138(XXXIX) que instou o Estado da Líbia e a República do Sudão a concluírem os contactos com a Comissão para chegarem a acordo sobre os respectivos planos de pagamento para liquidar os seus pagamentos em atraso e apresentarem um relatório ao Conselho Executivo em Fevereiro de 2022;

11. **RECORDA AINDA** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1162(XL), de Fevereiro de 2022, que tomou nota do relatório da Comissão sobre as consultas em curso com o Estado da Líbia e a República do Sudão, instou os dois (2) Estados-Membros a finalizarem e apresentarem urgentemente à Comissão os respectivos planos de pagamento para liquidação dos seus pagamentos em atraso e solicitou à Comissão a apresentar um relatório ao Conselho Executivo em Julho de 2022;

12. **RECORDA** a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.838(XXXV) que decidiu excepcionalmente e dada a bem conhecida situação complexa de longa data na Líbia que, após o pagamento integral pelo Estado da Líbia de 50% dos seus pagamentos em atraso, a Comissão anula os 50% das contribuições para o orçamento regular devidas à União;

13. **CIENTE** da falta de progressos no acordo sobre um plano de pagamento entre a Comissão e a República do Sudão sobre o pagamento dos atrasos da República do Sudão e **EXORTA** ambas as partes a concluírem urgentemente o assunto e a apresentarem um relatório ao Conselho Executivo em Fevereiro de 2023;

14. **EXORTA** o Estado da Líbia a efectuar o pagamento integral de 50% dos seus pagamentos em atraso para que a Comissão proceda à necessária anulação dos restantes 50% dos seus pagamentos em atraso;

15. **DECIDE** impor sanções aos seguintes Estados-Membros que se tenham atrasado no pagamento das suas contribuições estatutárias:

a) **Sanções cautelares:** Uganda, Congo, Mali, Mauritânia, Lesoto, Libéria, Cabo Verde, República Centro-Africana, Guiné-Bissau;

b) **Sanções Intermédias:** São Tomé e Príncipe, e Guiné

16. **RECORDA** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1138(XXXIX), que orientou a Comissão, com o apoio dos peritos técnicos do F15, a acelerar o processo de elaboração da nova escala de avaliação a ser aplicada para o período de 2023-2025 e a apresentar propostas para análise e adopção pelos Órgãos Deliberativos em Fevereiro de 2022;

17. **RECORDA IGUALMENTE** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1162 (XL) que tomou nota do relatório da Sessão Conjunta do Comité Ministerial sobre a Escala de Avaliação e Contribuições e do Comité dos Quinze Ministros das Finanças (F15) sobre a elaboração da nova escala de avaliações e a recomendação de dar mais tempo à Comissão e aos peritos técnicos do F15 para reunirem dados adicionais que, no contexto da pandemia da COVID-19, reflectem melhor a capacidade de pagamento dos Estados-Membros e a realização das consultas regionais necessárias, recomendou a prorrogação da aplicação da actual escala de avaliação de 2020-2022 por um ano até 2023, solicitou à Comissão e aos peritos técnicos do F15 a chegarem a acordo sobre um roteiro para a elaboração da nova escala de avaliação a ser aplicada para o período de 2024-2026 e solicitou ainda à Comissão a apresentar um relatório ao Conselho Executivo em Julho de 2022;

18. **RECORDA AINDA** a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.838(XXXV) na qual a Conferência decidiu prorrogar por um ano, até 2023, a aplicação da actual escala de avaliação de 2020-2022;

19. **TOMA NOTA** do roteiro acordado pela Comissão e pelos peritos técnicos do F15 sobre a elaboração da nova escala de avaliação e em conformidade com a Decisão da Conferência Assembly//AU/Dec.838(XXXV), **SOLICITA** à Comissão, com o apoio dos peritos técnicos do F15, a elaborar a nova escala de avaliação a ser aplicada para o período de 2024-2026 e, seguindo os devidos procedimentos, apresentá-la à Conferência para adopção em Fevereiro de 2023, incluindo as relevantes consultas, conforme salientado a seguir:

a) Apresentação de opções aos peritos técnicos do F15 para análise: 11 e 12 de Janeiro de 2023;

b) Reunião Consultiva Preliminar com as Embaixadas em Adis Abeba para avaliar as opções: 20 a 23 de Janeiro de 2023;

c) Reunião Consultiva com o Comité dos Representantes Permanentes (CRP) para revisão e endosso das opções: 27 de Janeiro de 2023.

20. **RECORDA** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1119(XXXVIII), que mandatou a Comissão a prosseguir as consultas bilaterais com os países de acordo com as reservas formuladas em relação à Decisão do Conselho Executivo

EX.CL/Dec.1100(XXXVII) quanto à utilização da escala de avaliação do orçamento regular para a avaliação dos Estados-Membros para o Fundo para a Paz da UA, com vista a se chegar a um mecanismo adequado de avaliação para o Fundo para a Paz, desde que o mesmo não afecte o consenso já alcançado sobre o assunto e as reservas formuladas;

21. **RECORDA IGUALMENTE** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1138(XXXIX), que orientou a Comissão e exortou os seis (6) Estados-Membros que formularam reservas a finalizarem as consultas antes do Conselho Executivo em Fevereiro de 2022;

22. **RECORDA AINDA** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1162(XL), de Fevereiro de 2022, que tomou nota da proposta apresentada pelos seis Estados-Membros da Região Norte que emitiram reservas sobre a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1100 (XXXVII) sobre a utilização da escala de avaliação para o orçamento regular a fim de avaliar os Estados-Membros para o Fundo para a Paz da UA e as suas implicações para a dotação total do Fundo para a Paz e orientou a Comissão a trabalhar em estreita colaboração com o F15 e o Gabinete do Conselheiro Jurídico para analisar as propostas feitas e as suas implicações, e recomendou soluções em conformidade com os quadros jurídicos da União Africana e, para além disso, orientou a Comissão, orientada pelas soluções recomendadas, a prosseguir as consultas com os Estados-Membros em causa da região Norte e de outras regiões, a chegar a acordo sobre um mecanismo de contribuições para o Fundo para a Paz e a apresentar um relatório ao Conselho Executivo em Julho de 2022;

23. **TOMA NOTA** dos progressos e das propostas apresentadas e **EXORTA** à Comissão e ao F15 a finalizarem a análise das propostas apresentadas pelos seis Estados-Membros da Região Norte, incluindo as consultas previstas na Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1162(XL) e a apresentarem um relatório ao Conselho Executivo em Fevereiro de 2023;

24. **RECORDA** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1162(XL) que tomou nota da preocupação levantada quanto à concentração de investimentos em dois (2) bancos de uma (1) região e manifesta a sua preocupação quanto ao atraso na implementação da decisão;

25. **REITERA** o seu pedido à Comissão de acelerar a finalização da Política de Tesouraria da União Africana e a apresentá-la para análise pelo CRP através dos seus competentes subcomités e pelos peritos técnicos do F15, e a apresentar um relatório ao Conselho Executivo em Fevereiro de 2023.

DECISÃO SOBRE O RELATÓRIO DO COMITÉ DOS QUINZE MINISTROS DAS FINANÇAS (F15) - Doc. EX.CL/1379(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **TOMA NOTA** do Relatório do Retiro do Comité dos Quinze Ministros das Finanças realizado em 13 e 14 de Junho de 2022 em Rabat, Reino de Marrocos, subordinado ao tema "*Para além da pandemia da COVID-19 e do Conflito Ucrânia-Rússia: Reforçar a Resiliência das Economias Africanas e a Sustentabilidade Financeira da União Africana*", incluindo o respectivo Comunicado;

2. **EVOCA** a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.578(XXV), que adoptou as metas de autofinanciamento da União Africana de 100% para o Orçamento Operacional, 75% para o Orçamento Programa e 25% para o Orçamento das Operações de Apoio à Paz e **EVOCA AINDA** a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.605(XXVII), em que a Conferência reafirmou a sua determinação de garantir que a União seja financiada de forma previsível, sustentável, equitativa e responsável com a plena apropriação pelos seus Estados-Membros;

3. **EVOCA IGUALMENTE** a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.687(XXX), que aprovou o papel de supervisão orçamental e as funções do F15 e adoptou as Regras de Ouro que proporcionam um quadro para a gestão financeira e princípios de responsabilização na União;

4. **RECORDA** a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.733(XXXII), que conferiu o mandato à Comissão para prestar apoio técnico aos Estados-Membros na aceleração da implementação da taxa de 0,2% sobre importações e reafirmou ainda que os Estados-Membros, ao implementarem a Decisão, terão flexibilidade no cumprimento das suas obrigações, de acordo com as suas disposições constitucionais e a legislação nacional, em conformidade com o Artigo 33.º do Regulamento Interno da Conferência;

5. **RECORDA AINDA** a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.819(XXXV) de Fevereiro de 2022 em Adis Abeba, que exortou os Estados-Membros a acelerar a implementação da taxa de 0,2% sobre as importações elegíveis, determinada em Julho de 2016, com vista a conseguir que pelo menos trinta e cinco (35) Estados-Membros apliquem plenamente a taxa;

6. **RECORDA IGUALMENTE** a Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.821(XXXV) que adopta o Regulamento Financeiro Revisto da UA e **TOMA NOTA** do Artigo 94º (2) do Comité dos Quinze Ministros das Finanças (F15) que estipula que o Comité deve elaborar o seu Regulamento Interno que será adoptado pela Conferência;

7. **EXORTA** os Estados-Membros a pagar prontamente as suas contribuições estatutárias em conformidade com o Artigo 23º (1) do Regulamento Financeiro da

União Africana, com o objectivo de resolver os problemas de execução de programas directamente associados às restrições de tesouraria;

8. **APRECIA** a determinação do F15 de apoiar as reformas orçamentais e financeiras em curso da União Africana e **APOIA** o compromisso de reforçar os processos com uma sólida revisão tri-anual dos princípios de gestão financeira, orçamental e de prestação de contas da União, e de recomendar melhorias periódicas, nomeadamente através de um mecanismo de avaliação do desempenho orçamental a ser criado pelo F15;

9. **ORIENTA** a Comissão da União Africana, a pedido dos Estados-Membros, de intensificar o apoio técnico e consultivo para responder às preocupações pendentes de alinhamento e harmonização do mecanismo de direitos de importação de 0,2% com as suas leis nacionais, incluindo o alinhamento com os vários sistemas comerciais bilaterais e multilaterais, tendo em conta a flexibilidade estipulada na Decisão da Conferência Assembly/AU/Dec.733(XXXII) de Fevereiro de 2019.

10. **SOLICITA** ao Comité dos Quinze Ministros das Finanças (F15) a prosseguir e finalizar as consultas sobre o seu projecto de Regulamento Interno para apresentação aos Órgãos Deliberativos em Fevereiro de 2023, e **SUBLINHA** que a composição do F15 deverá incluir três (3) Estados-Membros por região a ser constituída com base nos princípios de igualdade de soberania, rotatividade e solidariedade, de acordo com as práticas vigentes;

11. **TOMA NOTA** da preocupação do F15 em relação à proliferação de novas instituições com implicações financeiras significativas e **RECONHECE** a necessidade de uma abordagem sistemática que considere as implicações financeiras de novas instituições e potenciais duplicações;

12. **DECIDE**, no contexto das reformas em curso, instituir uma moratória sobre a criação de novas estruturas, e **SOLICITA AINDA** o F15 a fornecer contributos técnicos para a próxima reestruturação e racionalização dos Órgãos e Escritórios da UA fora da Sede, no quadro de um exercício que visa alcançar uma União mais bem alinhada, eficiente e eficaz.

13. **TOMA NOTA** da Declaração sobre a Sustentabilidade Financeira da União Africana e **APROVA-a** para análise e adopção pela Conferência na sua 36ª Sessão Ordinária em Fevereiro de 2023.

DECISÃO SOBRE O RELATÓRIO DO COMITÉ MINISTERIAL SOBRE AS CANDIDATURAS AFRICANAS NO SEIO DO SISTEMA INTERNACIONAL
Doc. EX. CL/1371(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **ACOLHE COM AGRADO** o relatório do Comité Ministerial sobre as Candidaturas Africanas no seio do Sistema Internacional;

2. **TOMA NOTA** das candidaturas pendentes para eleição como Presidente da 79.ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) 2024-2025, prevista para Junho de 2023, em Nova Iorque, EUA, as candidaturas de:

   - **República da África do Sul** (Região da África Austral)
   - **República dos Camarões** (Região da África Central)

   N/B: A 40.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo solicitou ao Grupo Africano em Nova Iorque a facilitar as consultas adicionais entre os dois países, a fim de chegar a acordo sobre um candidato africano para este importante Cargo.

3. **APROVA** as novas candidaturas dos governos apresentadas pelos Estados-Membros:

   A. para eleição como Membro do Conselho da União Internacional das Telecomunicações (UIT), Região D para o período 2023-2026, que está prevista para Outubro de 2022, em Bucareste, Romênia, as candidaturas de:

   - República Tunisina (Região da África do Norte) - reeleição;
   - República do Gana (Região da África Ocidental) - reeleição;
   - República Unida da Tanzânia (Região da África Oriental);
   - República do Ruanda (Região da África Oriental) - reeleição;
   - República dos Camarões (Região da África Central);
   - República da Côte d'Ivoire (Região da África Ocidental) - reeleição;
   - República do Níger (Região da África Ocidental);

   N/B: A 40.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo aprovou as candidaturas do Egipto, Nigéria, Maurícias, Quénia, África do Sul, Argélia, Senegal e Marrocos. O Grupo Africano em Genebra deve pronunciar-se sobre o número de lugares disponíveis para África.

   B. para eleição como Membro do Conselho da Organização da Aviação Civil Internacional (OACI), PARTE para o período 2022-2025, que está prevista para Outubro de 2022 em Montreal, Canadá, as candidaturas de:

   - República Federal da Nigéria (Região da África Ocidental), para a Parte II;
   - República da África do Sul (Região da África Austral), para a Parte II;
   - República do Gana (África Ocidental), pela Parte III;
   - República da Guiné Equatorial (Região da África Central), para a Parte III;

- República Democrática Federal da Etiópia (Região da África Oriental), para a Parte III;
- República do Zimbabwe (Região da África Austral), para a Parte III;

N/B: A 40.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo aprovou a candidatura do Egipto para a Parte II e da Mauritânia para a Parte III e incentivou os demais Estados-Membros a apresentarem candidaturas para outros lugares disponíveis.

C. para eleição como Membro do Comité das Nações Unidas para Programas e Coordenação para o período 2023-2025, durante as eleições previstas para Novembro de 2022 em Nova Iorque, as candidaturas de:

- República da Libéria (Região da África Ocidental);
- Reino de Marrocos a) (Região da África do Norte);

N/B: A candidatura da Tunísia foi aprovada pela 40.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo. Estão disponíveis três lugares para África. O assento para Marrocos foi lançado após interposição do recurso.

4. **TOMA NOTA** das candidaturas de governos apresentadas pelos Estados-Membros para eleição como membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) em nome da região da África Central para o período 2026-2027, que está prevista para 2025, em Nova Iorque (Estados Unidos), as candidaturas de:

- República do Congo
- República do Burundi

N/B: A 41.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo tomou nota do acordo entre os dois países no sentido de concordarem com uma única candidatura para representar a região da África Central para o cargo de membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2026-2027. O Conselho Executivo incentivou vivamente os dois países a prosseguirem as consultas.

5. **TOMA NOTA IGUALMENTE** das novas candidaturas de governos apresentadas pelos Estados-Membros para eleição como Membro Não-Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) para o período 2027-2028, durante as eleições previstas para Junho de 2026, em Nova Iorque, EUA, as candidaturas de:

- República do Zimbabwe (Região da África Austral).

6. **APROVA** as novas candidaturas de indivíduos apresentadas pelos Estados-Membros:

A. para eleição como Secretário-Geral Adjunto da Organização Mundial das Alfândegas, para o período 2023-2027, durante as eleições previstas para Junho de 2023, em Bruxelas, Bélgica, a candidatura do:

- Sr. Samson BILANGNA, da República dos Camarões;

B. para eleição como Membro do Tribunal Internacional do Direito do Mar (ITLOS), para o período 2024-2032, durante as eleições previstas para Junho de 2023, em Nova Iorque, EUA, as candidaturas de:

- Embaixador Osman Keh Kamara, da República da Sierra Leone

N/B: A candidatura do Adv. Thembeli foi aprovada pela 40.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo para este cargo. África tem two (2) lugares.

C. para eleição como Director do Gabinete de Desenvolvimento da União Internacional das Telecomunicações (UIT), para o período 2023-2026, durante as eleições previstas para Outubro de 2022 em Genebra, Suíça, as candidaturas de:

- Sr. NTOKO ALEXANDER da República dos Camarões;

N/B: A 39.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo aprovou as candidaturas do Dr. Cosmas Zavazava do Zimbabwe e Emb. Prof. Muhammadou M. O. Kah da Gâmbia. O Grupo Africano em Genebra deve pronunciar-se sobre a via a seguir.

D. para eleição como Membro do Comité de Contribuições das Nações Unidas (CC), para o período 2023-2026, durante as eleições previstas para Novembro de 2022, em Nova Iorque, EUA, a candidatura do:

- Sr. Mohamed Mahmoud El Ghouth, da República Islâmica da Mauritânia;

N/B: A 40.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo aprovou as candidaturas de um candidato do Burkina Faso

E. para eleição como Membro da Comissão Internacional da Função Pública (CISC), para o período 2023-2026, durante as eleições previstas para Novembro de 2022, em Nova Iorque, EUA, a candidatura do:

- Emb. Andrew Gbebay Bangali, da República da Sierra Leone;

N/B: A 39.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo aprovou as candidaturas do Sr. Ali Ayad Kerir da Líbia para este cargo. O Grupo Africano em Nova Iorque deve pronunciar-se sobre o número de lugares disponíveis para África, bem como sobre a via a seguir. (Dois (2) lugares para África)

F. para eleição como Membro do Comité de Regulamentos de Radiocomunicações, na Conferência de Plenipotenciários da União Internacional das Telecomunicações (UIT), para o período de 2023-2026, durante as eleições previstas para Outubro de 2022 em Bucareste, na Roménia, as candidaturas de:

- Sr. Hassan Talib, do Reino de Marrocos;
- Sr. Edmund Yirenkyi-Fianko, da República do Gana;

N/B: A 40.ª Sessão Ordinária do Conselho aprovou as candidaturas do Sr. Mandla Samuel Mchunu, da República da África do Sul, para este cargo. África tem dois (2) lugares.

G. para eleição como membro do Comité Consultivo do Conselho dos Direitos do Homem, para o período 2022-2025, durante as eleições previstas para Outubro de 2022 em Genebra, Suíça, a candidatura do:

- Sr. Rabah BOUDACHE, da República Argelina Democrática e Popular;

H. para eleição como Membro do Comité Consultivo para as Questões Administrativas e Orçamentais (ABQ) para o período 2024-2026, durante as eleições previstas para Novembro de 2023 em Nova Iorque, EUA, a candidatura da:

- Sr.ª Caroline Nalwanga Magambo, da República do Uganda

7. **TOMA NOTA** das novas candidaturas de indivíduos apresentadas pelos Estados-Membros:

A. para eleição como Secretário-Geral da Organização Marítima Internacional (OMI), para o periodo 2024-2027, durante as eleições previstas para Junho de 2023, em Londres, Reino Unido, a candidatura da:

- Emb. Nancy Karigithu, da República do Quénia

B. para eleição como Membro da Unidade de Inspecção Conjunta das Nações Unidas (JUI) para o período 2026-2030, durante as eleições previstas para Junho de 2025, em Nova Iorque, EUA, a candidatura do:

- Sr. Robert Ngei Mule, da República do Quénia;

N/B: A 39.ª Sessão Ordinária do Conselho Executivo tomou nota da candidatura do Sr. Makiesse Kinkela Augusto, de Angola, para este cargo. O Grupo Africano em Nova Iorque deve pronunciar-se sobre o número de lugares disponíveis para África, bem como sobre a via a seguir. África tem dois (2) lugares.

8. **FELICITA** o Comité Ministerial sobre as candidaturas africanas no seio do Sistema Internacional e a Comissão pelos esforços envidados para apoiar o candidato africano da República Togolesa para o cargo de Director-Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Emb. Raychelle Omamo , da República do Quénia, para o cargo de Presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e todos os outros cargos;

9. **TOMA NOTA** dos esforços envidados pela Comissão para rever o Regulamento Interno do Comité Ministerial sobre as Candidaturas Africanas no seio do Sistema Internacional;

10. **SOLICITA AINDA** à Comissão a apresentá-los à próxima Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado de Justiça e Assuntos Jurídicos, a fim de serem analisados em preparação para a adopção pelo Conselho Executivo em Fevereiro de 2023;

11. **ACOLHE COM AGRADO** o próximo lançamento do Portal sobre as Candidaturas Electrónicas gerido pelo Departamento de Assuntos Políticos, Paz e Segurança da Comissão, como a nova ferramenta complementar online para a apresentação de candidaturas pelos Estados-Membros, a fim de reforçar a transparência e a equidade nesse processo;

12. **SOLICITA** à Comissão a oferecer programas de formação para todos os potenciais utilizadores, incluindo pessoas focais dos Estados-Membros, pessoal da UA em Adis Abeba, Nova Iorque e Genebra, no último trimestre de 2022;
13. **SOLICITA AINDA** ao CRP e o seu Subcomitê de Supervisão e Coordenação Geral de Questões Orçamentais, Administrativas e Financeiras a analisarem e adoptarem os fundos necessários no exercício dos orçamentos suplementares previsto para Agosto de 2022;
14. **FELICITA** o Departamento dos Assuntos Políticos, Paz e Segurança da Comissão por continuar a desempenhar o seu papel de Secretariado da Comissão Ministerial sobre as Candidaturas Africanas no Seio do Sistema Internacional e por facilitar a organização de reuniões da Comissão, tanto a nível de Embaixadores como a nível Ministerial;
15. **SOLICITA** ao Comité a se reunir a nível de Embaixadores como “Comité Alargado”, a fim de tomar as medidas necessárias e facilitar o processo estatuário para garantir que todos os documentos relacionados com este Comité sejam analisados e sincronizados atempadamente;
16. **SOLICITA IGUALMENTE** ao Comité, a nível ministerial, a continuar a reunir-se como Comité dos Quinze (15) Estados-Membros.

DECISÃO SOBRE O COMITÉ MINISTERIAL DE ACOMPANHAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2063 – Doc. EX.CL/1372(XLI)

O Conselho Executivo,

1. **RECORDA** a Decisão do Conselho Executivo EX.CL/Dec.1164(XL) que apelou à Comissão e à Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA)-NEPAD a liderar a Avaliação do Primeiro Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063 (2014-2023) e a elaboração do Segundo Plano Decenal de Implementação (2024-2033);

2. **MANIFESTA O SEU APREÇO** à liderança do Comité Ministerial de Acompanhamento da Implementação da Agenda 2063 e o compromisso dos Ministros da União Africana responsáveis pela Planificação Nacional, Desenvolvimento e Finanças, CER e Instituições Pan-Africanas para a avaliação do Primeiro Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063 e a elaboração do Segundo Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063;

3. **TOMA NOTA** do Relatório dos Resultados da Reunião do Comité Ministerial de Acompanhamento da Implementação da Agenda 2063 alargado aos Ministros da União Africana responsáveis pela Planificação e Desenvolvimento Nacional e Finanças quanto ao Lançamento da Avaliação do Primeiro Plano Decenal de Implementação e à Elaboração do Segundo Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063, **MANIFESTA A SUA SATISFAÇÃO** ao Presidente do Comité, S. Ex.ª o Sr. Vincent Biruta e APROVA o Relatório e as recomendações nele contidas;

4. **APELA** aos Estados-Membros a garantirem a apropriação do Projecto Especial na Avaliação do Primeiro Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063 e na elaboração do Segundo Plano Decenal de Implementação, incluindo a incorporação total da agenda na elaboração das suas políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais, a realização de consultas nacionais com múltiplas partes interessadas e o lançamento de uma estratégia de comunicação para aumentar a consciencialização sobre o projecto;

5. **INSTA** os Estados-Membros que ainda não o tenham feito a apresentarem o seu Relatório Nacional de Progresso sobre a Implementação da Agenda 2063;

6. **ADOPTA** o relatório do Comité sobre o lançamento da Avaliação do Primeiro Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063 e a elaboração do Segundo Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063 e **ORIENTA** a Comissão a apresentar um relatório sobre estes dois (2) processos ao Conselho Executivo em Fevereiro de 2023;

7. **SOLICITA** aos Estados-Membros a:

   i proporcionar uma apropriação política e liderança contínua de alto nível para orientar a Comissão, a AUDA-NEPAD (principais órgãos da UA encarregados pela implementação e M&A da Agenda 2063) apoiados pelo grupo de trabalho técnico, na execução do projecto especial;

ii prestar o apoio financeiro, material e técnico necessário aos Ministérios de Planeamento e Finanças, bem como às Autoridades de Planeamento, conforme o caso, para facilitar as consultas de múltiplas partes interessadas; em complemento da contribuição técnica e financeira inicial da AUDA/NEPAD de USD 1.000.000,00 (USD 20.000,00 por país);

iii alavancar a colaboração e os acordos de parceria existentes e novos com as CER, órgãos da UA, BAD, Sistema das Nações Unidas (por exemplo, o Quadro de Parcerias UA-ONU) e outros intervenientes no desenvolvimento para levar a cabo as consultas nacionais com múltiplas partes interessadas e posterior apresentação de relatórios de consulta a nível nacional até meados de Setembro de 2022;

iv disponibilizar pontos focais específicos nos Ministérios para facilitar a participação de todas as partes interessadas, incluindo actores não estatais, sector privado, organizações religiosas, instituições de aprendizagem e investigação, mulheres e grupos de jovens na implementação do projecto especial, mas com ênfase no reforço da advocacia e sensibilização para a Agenda 2063, que doravante se tornaria a Agenda do Povo de África;

v reforçar as capacidades em matéria de dados e estatísticas e reforçar as plataformas de diálogo de múltiplas partes interessadas para uma revisão colectiva e contínua, reflexão e troca de conhecimentos sobre a concepção e implementação da Agenda 2063;

8. **ORIENTA** a Comissão a acelerar o trabalho de revisão do Primeiro Plano Decenal de Implementação e de Elaboração do Segundo Plano Decenal de Implementação da Agenda 2063, e a apresentar o respectivo relatório ao Conselho Executivo em Fevereiro de 2023.